

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE FEVEREIRO**

ATA N.º 1/2020

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Ata n.º 1/2020**

1. Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Fórum Cultural “A Praça”, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 6 minutos.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos Membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes Membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, Ricardo João Dias Mateus, Vera Maria Carvalho de Sousa Garcia, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Clarisse da Conceição da Fonseca Fernandes, Tiago André Hortelão Aldeias, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Teresa Ribeiro, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU); Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato, Ricardo Manuel Coelho Videira (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, os Vereadores Bruno Gomes, Susana Gonçalves, Teresa Ribeiro e Emília Paulino.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, saúda todos os presentes. Informa sobre a correspondência que se encontra nas pastas sobre o Instituto de Registos e Notariado do Concelho de Vendas Novas, intervenção nas Escolas do Concelho, aplicação do PART à Linha Ferroviária do Alentejo.
6. Pergunta se algum dos Membros tem alguma proposta de alteração à Ata n.º 6 de 2019.
7. O **Membro Valentino Cunha**, agradece a palavra, referindo que têm duas alterações a propor e uma terceira sugestão que poderá ou não ser acolhida.
8. Menciona que no Ponto 190, julga que se tratam de erros, ao que pensa de transcrições, onde refere “devemos continuar”, pensa que poderá faltar logo no início da frase a palavra “investir”.
9. Os Pontos 195 e 196, julga que fazem mais sentido se ficarem juntos, sendo que separados não fazem muito sentido.
10. No Ponto 369, naturalmente em vez de “PSD” é “PS”.
11. O **Membro José Leitão**, saúda todos os presentes. Menciona que a Bancada da CDU em relação às duas atas presentes, vai votar contra, por considerarem que as atas estão incompletas, ou seja, fala-se em anexos nas atas, mas depois os anexos não aparecem, já sendo recorrente na Assembleia Municipal. Na última vez disseram que iriam corrigir, voltando outra vez a surgir a mesma situação, não deixando a Bancada da CDU que aconteça, sendo que votam contra por esse facto.

12. **A Presidente da Assembleia Municipal** questiona se mais algum membro quer intervir sobre a proposta da Ata n.º 6.
13. Recorda que só pode votar na ata n.º 6 quem esteve presente na mesma, referenciando os mesmos membros.
14. **O Membro Paulo Campino** saúda todos os presentes. Questiona a Senhora Presidente se a ata é referente à última Assembleia do ano de 2019.
15. **A Presidente da Assembleia Municipal** esclarece que é a Ata n.º 6 de setembro 2019, daí estar a lembrar.
16. Não havendo intervenções, colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (13 do PS e 2 do PSD) e 6 votos contra (CDU) o **Projeto de Ata n.º 6/2019**, referente à sessão realizada no dia 27 de setembro de 2019. Não participaram na votação, por não terem estado presentes na sessão em causa, os Membros Cátia Alexandra de Sousa Silva e Vera Maria Carvalho Garcia.
17. **A Presidente da Assembleia Municipal** questiona se algum dos Membros tem alguma proposta de alteração à Ata n.º 7 de 2019.
18. **O Membro Valentino Cunha** agradece a palavra referindo que tem duas correções a apresentar.
19. No Ponto 30, onde refere: “e que são constitucionalmente desprotegidos em Portugal”, deverá constar “constitucionalmente protegidos”.
20. No Ponto 73, onde refere: “principalmente os que ganham mais”, deverá constar “os que ganham menos”.
21. **A Presidente da Assembleia Municipal** questiona se mais algum membro quer intervir sobre a proposta da Ata n.º 7.
22. Não havendo intervenções, colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (13 do PS e 1 do PSD) e 4 votos contra (CDU) o **Projeto de Ata n.º 7/2019**, referente à sessão realizada no dia 22 de novembro de 2019. Não participaram na votação, por não terem estado presentes na sessão em causa, os Membros Ricardo João Dias Mateus, Paulo Jorge Piteira Campino, Clarisse da Conceição Fonseca, José Lino Queiroz dos Santos e Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato.
23. **O Membro Ricardo Videira** saúda todos os presentes na Assembleia Municipal. Refere que não estão habituados a estar nos patamares diferentes em termos altimétricos, esperando não ficarem com dores no pescoço à conta disso.
24. Questiona sobre os dois requerimentos apresentados pela Bancada do PSD, a 21 de novembro e a 3 de dezembro de 2019, relativamente a intervenções e documentação pedida no âmbito de Assembleias Municipais decorridas e que ainda não obtiveram resposta.
25. Os títulos desses requerimentos e possuem cópias que, caso a Senhora Presidente da Assembleia necessite ficar com eles, um é referencia ao Ponto 8 da ordem de trabalhos da reunião da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019 e o outro é referente ao Ponto 10 da ordem de trabalhos da reunião da Assembleia Municipal de 22 de novembro de 2019, tomada de posição sobre a aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária ao Transporte Ferroviário de Passageiros, sendo dois requerimentos que fizeram chegar via e-mail e que, ao contrário do que é habitual, não foram ainda respondidos.
26. **A Presidente da Assembleia Municipal** esclarece que tem de ir averiguar o que se passa, mencionando que pensava que já tinham sido respondidos.

27. O **Membro José Leitão** apresenta, em nome da Bancada da CDU, a **Moção “Pela redução tarifária nos transportes públicos entre a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a Área Metropolitana de Lisboa”**. (Anexo 1/20)
28. O **Membro Ricardo Videira** refere que, nesse âmbito, o PSD apresentou, uma proposta, de alteração ao Orçamento de Estado, em que, previa o reforço das verbas para transporte inter-regional, também ela reprovada, com os votos contra do Partido Socialista e com a abstenção da CDU.
29. O **Membro José Leitão** refere que as coisas obrigam a um estudo e obrigam a horas de dedicação à causa.
30. Confirma que o PSD apresentou realmente uma proposta de alteração, não se colocando isso em causa. Só que o programa de redução tarifária nos transportes públicos aparece na proposta de Lei para o Orçamento de Estado, no artigo 181.º e, aquilo que diz na proposta do PSD é o seguinte: “Proposta de aditamento”, “o Grupo Parlamentar do PSD propõe o aditamento ao artigo 182.º à Proposta de Lei”.
31. Questionando qual é o artigo 182.º, cita que é o programa de apoio à densificação e reforço da oferta de transporte público, não tendo nada a ver com o programa de apoio à redução de tarifária nos transportes públicos, o chamado PART.
32. Esse é um novo programa, que surge no presente ano, no Orçamento de Estado e que, não podem confundir as áreas.
33. Essa seria uma primeira questão a ver pela parte da CDU. Não é tornar a Assembleia Municipal o hemiciclo da Assembleia, não é isso que pretende, mas levar a que se tivesse algum cuidado em relação a isso, sendo que depois se tem algo mais grave, no Ponto 3. A Proposta do PSD refere: “as regras de acesso, forma de distribuição, regras de aplicação e forma de candidatura pelas autoridades de transporte e comunidade intermunicipais serão determinadas por despacho dos membros dos Governos responsáveis”, referindo que até aqui está tudo correto, pela área das finanças. Para a área do ambiente: “ação climática nos termos gerais previstos no n.º 4”, referindo que existe uma nota que lhe está a passar, existindo uma parte onde refere no programa, na nota justificativa, em que se fala que as entidades que prestam esses serviços se poderão candidatar “a”.
34. A lógica da proposta da CDU não é nas entidades se poderem candidatar é, de obrigar à aplicação da lei, referindo que isso faz toda a diferença para a Bancada da CDU. Daí terem-se absterido em relação à proposta do PSD sobre essa matéria.
35. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que eventualmente podem ter lido mal a proposta que foi do PSD e, eventualmente também na Assembleia da República, referindo que a própria nota justificativa se refere ao PART-Programa de Apoio à Redução de Tarifária e Transportes Públicos. A denominação que é feita tem a ver com a redução das assimetrias inter-regionais e a proposta diz precisamente isso “no sentido de reduzir as desigualdades regionais existentes em matérias de acesso ao transporte público e proporcionando soluções que tem nomeadamente resposta em termos de apoio aos movimentos pendulares diários entre regiões a que dá dotação, de valor idêntico de 50% na verba inscrita no artigo 181.º da presente proposta de lei”.
36. Espera, realmente, que a Bancada da CDU se tenha enganado a votar, que tenha tido uma interpretação errada e que possa eventualmente reverter essa má posição.
37. O **Membro José Leitão** menciona que a proposta de aditamento é a 1003 e que o PSD apresenta na Assembleia da República refere-se ao artigo 182.º a), não se refere ao 181.º, sendo que depois faz uma referência que diz: “no sentido de reduzir as desigualdades regionais existentes em matéria de acesso ao transporte público e proporcionando soluções que deem nomeadamente resposta ao termo de apoio aos movimentos pendulares diários entre regiões, é criada uma dotação de valor idêntico a 50% da verba inscrita no artigo 181.º”, referindo que o exposto não é o artigo 181.º, sendo o artigo 182.º a),

sendo algo completamente diferente, não sendo complementar, já existindo o programa no ano passado, o presente programa é novo, não se sabendo como vai funcionar.

38. Quando apresentaram a proposta, em coerência com o que vinham a defender, deparam-se com um esquema que ficam sem saber qual é a aplicabilidade do mesmo. Enquanto num já sabem qual a aplicabilidade, por ser vinculativo, no presente não sabem qual é a aplicabilidade por remeter as regras de acesso, formas de distribuição, regras de aplicação... cita “forma de candidatura pelas autoridades de transporte... serão determinadas por despacho dos membros do Governo”. Referindo-se ao Membro Ricardo Videira que sabe que muitas vezes que os despachos dos membros do Governo se eternizam até ao esquecimento. Por isso, ou se resolve as questões ou anda-se a criar problemas novos para não se fazer nada.
39. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada**, por **maioria**, com 6 votos a favor (CDU) e 17 abstenções (15 do PS e 2 do PSD), a **Moção “Pela redução tarifária nos transportes públicos entre a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a Área Metropolitana de Lisboa”**. (Anexo 1/20)
40. O **Membro Valentino Cunha** apresenta em nome da Bancada do Partido Socialista uma declaração de voto.
41. Refere que apesar do Partido Socialista concordar com a redução de tarifários nos preços dos transportes, a abstenção acontece pela forma como as coisas foram expostas na Moção e não com o seu “fio condutor”, mencionando que se na próxima vez vier uma mais unânime para expôr as coisas, que certamente votariam a favor.
42. O **Membro Ricardo Videira** apresenta, em nome da Bancada do PSD, a **Moção “Pela redução de taxas nas portagens na Autoestrada do Alentejo – A6”**. (Anexo 2/20)
43. O **Membro José Leitão** refere que a Bancada da CDU, em coerência com a sua posição desde sempre, irá votar favoravelmente a Moção, por considerarem que a via nem deveria ter portagens, tal como em tempos, aquando da sua construção, e consequentemente não podem tomar outra posição.
44. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada**, por **unanimidade**, a **Moção “Pela redução de taxas nas portagens na Autoestrada do Alentejo – A6”**. (Anexo 2/20)
45. O **Membro Tiago Aldeias** apresenta, em nome da Bancada da CDU, a **Moção “Preservar o Ambiente”**. (Anexo 3/20)
46. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada**, por **maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), a **Moção “Preservar o Ambiente”**. (Anexo 3/20)
47. O **Membro Custódio Vale de Gato** saúda todos os presentes e agradece a palavra. Apresenta em nome da Bancada do Partido Social Democrata uma declaração de voto.
48. Refere que o voto pela abstenção tem como justificação o facto da Moção que foi lida, na opinião da Bancada acaba por não ser bem uma Moção, sendo praticamente um manifesto cheio de boas intenções, de temas importantes, mas comuns, não lhes parecendo que acrescente o que quer que seja àquilo que é o sentimento de qualquer cidadão e muito mais do sentido coletivo o que é uma Câmara Municipal, achando que é um pouco desajustado do contexto e, por isso, o voto de abstenção da Bancada do PSD.
49. O **Membro José Leitão** agradece à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a resposta ao pedido da Bancada da CDU à Assembleia Municipal sobre o Plano Municipal para a Renovação da Frota e o Plano Plurianual de Requalificações e Manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio que a Bancada da CDU tinha feito, através da pessoa da Presidente da Assembleia à Câmara Municipal. Receberam a

- resposta, sendo-lhes transmitido que o pedido de esclarecimento apresentado fora remetido aos respetivos pelouros e encontrava-se em análise, pelo que aguardam até à próxima Assembleia para obterem uma resposta mais concreta sobre as matérias.
50. O **Membro Custódio Vale de Gato** apresenta, em nome da Bancada do PSD, a **Moção “Pelo reforço da Equipa de Cuidados Continuados Integrados Domiciliários de Vendas Novas”**. (Anexo 4/20)
 51. O **Membro José Leitão** menciona que, a presente Moção, faz lembrar as Moções que a CDU apresentava na Assembleia Municipal quando defendia a manutenção do Serviço de Atendimento Permanente, no Centro de Saúde, SAP e que o PSD votava contra, sendo que a Bancada da CDU vai votar a favor.
 52. O **Membro Tiago Aldeias** refere que tem de falar sobre o tema, sendo inevitável. Começaram a discutir os transportes públicos, o PSD nunca o defendeu na Assembleia da República, mas na presente Assembleia, defende. Falam nas portagens, o PSD não se preocupa na Assembleia da República, mas na presente Assembleia, preocupa-se. Falam na saúde, não se recorda de o PSD se preocupar na Assembleia da República enquanto Governo, na presente Assembleia preocupa. Sendo a maior coerência do PSD no presente foi, com o mercado de carbono. Defende-o no Parlamento Europeu, defende-o na Assembleia da República e na presente Assembleia também.
 53. O **Membro Custódio Vale de Gato** clarifica que foram eleitos para defender o Concelho de Vendas Novas e já não é a primeira vez que assumem com frontalidade algumas divergências com o seu partido e Governo, chamando-se a isso coerência, independência e sentido de missão.
 54. Exprime que não aceitam “lições de cidadania” de um partido que tem andado a servir de “muleta” e de “esqueleto” a um Governo que fez tudo aquilo até agora, porque de facto se rompeu o “namoro”, então agora já estão em desacordo.
 55. No presente caso, a CDU tem que olhar na sua própria prática do passado recente e ser coerente, sendo que a CDU é que mudou no espaço de uma legislatura para a outra porque foi protraído, como deixou de ser “namorada”, passou a ser “ex. namorada”, sendo que se encontra com algumas “dores de parto”.
 56. Por esse motivo, o PSD não se deixa vergar, porque, os seus primeiros interesses são os de Vendas Novas, do Município e dos seus Vendasnovenses. Portanto, tudo o que é lógico, tudo o que é coerente, tudo o que é em benefício da população, o PSD põe em primeiro os interesses de Vendas Novas à frente dos seus interesses partidários.
 57. Refere que, também não é correto, o que foi afirmado que o PSD votava contra, não sendo verdade. O PSD mais do que uma vez na Assembleia Municipal e se se for ver as atas nos períodos de dificuldades do SAP, a Bancada do PSD na Assembleia Municipal defendeu sempre o SAP, muitas vezes contrariando o que eram as posições do Governo Central.
 58. O **Membro Tiago Aldeias** respondendo ao Membro Custódio Vale de Gato de que não aceita as suas lições, infere que nem ele tem essa expectativa de dar lições a ninguém, muito pelo contrário. Longe de si vir para a Assembleia dar lições, mas também não aceita, nem o seu partido aceita as lições do Membro Custódio Vale de Gato, porque também não vêm para a Assembleia dizer o que é que o PSD deve fazer ou deixar de fazer. O PSD faz o que acha correto e limitou-se a dizer que são incoerentes, tiveram coerência sobre a Moção da questão do ambiente da Bancada da CDU, podendo ter justificado com sinceridade o porquê de se absterem, em vez de dizerem que se abstêm por ser desadequado falar disso.
 59. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que não tinha intensão de intervir, mas como as intervenções são tão desconcertantes, não resiste a responder. De alguma forma, o presente objetivo é recentrar o que é o objetivo da Moção. O que aconteceu em Vendas Novas foi, que para se fazer um reforço da atividade do Serviço de Atendimento Permanente, que é algo que deve ser soldado, foi reduzida a capacidade de atendimento de outra valência do Centro de Saúde. O Partido Social Democrata, as pessoas que se sentam na Bancada e as que os suportam fora da Assembleia, não

concordam com essa opção. Independentemente dos devaneios políticos da CDU ou do Membro Tiago Aldeias, o que interessa para a Bancada do PSD é Vendas Novas e enquanto houver uma valência no Centro de Saúde que seja, de alguma forma, prejudicada por uma decisão do Governo ou da Administração Regional de Saúde, obviamente, que os Vendasnovenses contarão com a posição contra essa mesma decisão.

60. O **Membro José Leitão** menciona que há coisas que tem muita dificuldade em ouvir, referindo que também já são os cinquenta e oito anos, o que já começa a ter algum “peso”.
61. Menciona o “descaramento” do Membro Ricardo Videira, de se “pôr em bicos de pés”, em defesa da saúde, dos municípios, quando há meia dúzia de anos atrás, tiveram no Governo a única coisa com que se preocuparam foi em destruir o que existia ainda de bom no Serviço Nacional de Saúde em favor da privatização dos serviços de saúde, sendo visível hoje a “escandaleira” que existe e promiscuidade que é entre serviços públicos e serviços privados e o Membro Ricardo Videira aparece em “bicos de pés” em defesa da saúde. Não diz que terão sido os “coveiros” da saúde em Portugal, porque infelizmente foi possível meter um “travão” ao descalabro daquilo que se estava a fazer no Serviço Nacional de Saúde mas, na realidade, é preciso um desplante e uma falta de vergonha para vir usar esses argumentos na presente Assembleia Municipal.
62. O **Membro Tiago Aldeias** refere que já não se está a falar nada no presente ponto e que a Senhora Presidente da Assembleia tem de terminar com isso, mas tem de dizer que o PSD, no mandato passado, como também andava a “namorar” com o PS na Câmara, tinha um discurso, agora têm outro. Vêm falar dos “namoros” da “geringonça”, parecendo que não andaram também a “namorar” quatro anos.
63. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada, por unanimidade, a Moção “Pelo reforço da Equipa de Cuidados Continuados Integrados Domiciliários de Vendas Novas”**. (Anexo 4/20)
64. O **Membro José Leitão** apresenta, em nome da Bancada da CDU, a **Moção “Pela criação das regiões administrativas”**. (Anexo 5/20)
65. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido documento, tendo sido **rejeitada, por maioria, com 6 votos a favor (CDU) 17 votos contra (15 do PS e 2 do PSD) a Moção “Pela criação das regiões administrativas”**. (Anexo 5/20)
66. O **Membro Valentino Cunha** apresenta em nome da Bancada do PS uma declaração de voto.
67. Refere que o Partido Socialista concorda com a criação das Regiões Administrativas, sendo um preceito que advém da constituição do PS e foi aprovada em 1976. No entanto, não querem que haja dualidade entre a democratização entre as CCDR’S e a Regionalização, nem querem que o País possa avançar por uma reestruturação da sua administração de tal forma profunda, que seja capaz de ser feita a tempo das próximas eleições autárquicas, como presentemente é proposto.
68. O **Membro Ricardo Videira** apresenta, em nome da Bancada do PSD, a **Recomendação “Maior Segurança para os Peões”**. (Anexo 6/20)
69. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que, na medida em que foi feita uma alteração significativa na iluminação no Concelho de Vendas Novas, solicita à Senhora Presidente da Assembleia, se a Câmara Municipal pode dar algum complemento adicional sobre esse assunto.
70. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Henriques** solicita ao Senhor Presidente Luís Dias que esclareça sobre o assunto, referindo que sempre que ajam dúvidas, o Senhor Presidente pode fazê-lo por estar contemplado no Regimento.
71. O **Presidente da Câmara Municipal** saúda todos os presentes. Em relação à questão colocada da segurança e da iluminação pública, informa que iniciaram o processo de requalificação de toda a rede de iluminação pública do Concelho, ao abrigo de um projeto de eficiência energética mantido com os

restantes treze municípios do Distrito de Évora e que, de alguma forma, veio na maioria dos casos reforçar significativamente a iluminação existente no Concelho de Vendas Novas. No entanto, pensa que a questão colocada tem a ver com uma zona específica onde há um maior afluxo de trânsito, nomeadamente, na Estrada Nacional onde aconteceu o atropelamento que é mencionado na presente recomendação e aí tem informações a dar que solicitaram várias vezes às Infraestruturas de Portugal em várias reuniões sobre o reforço da iluminação, nomeadamente, das passadeiras com a colocação de meios técnicos, como os que foram aplicados recentemente no Concelho vizinho de Montemor-o-Novo, os chamados “olhos de gato”, que de alguma forma podem tornar mais visíveis as mesmas e sendo um tipo de sinalização que se aplica nos dias de hoje, sendo essa uma das medidas que têm vindo a solicitar há muitos anos, já desde o mandato anterior.

72. A questão das passadeiras foi também um trabalho que realizaram no mandato anterior. As do centro tradicional foram todas elas reforçadas, com postes de iluminação que não existiam sequer antes, nomeadamente, a conhecida como a passadeira do “Pastor”, que é uma das maiores e das mais problemáticas desde sempre, mas também a que se situa em frente da Câmara Municipal, que teve reforço também e duas da Boavista.
73. Esse reforço da iluminação já foi feito no mandato anterior. No entanto, para a Câmara Municipal e como esclarecimento, refere que não basta aquilo que foi o reforço de iluminação pública. São precisas medidas adicionais que estão há muito tempo pedidas às Infraestruturas de Portugal e que muito recentemente viram aplicadas no Concelho vizinho, referindo que vão continuar a exigir o que lhes parece óbvio, atendendo, de facto a alguns casos, não sendo muitos, mas houve um atropelamento, sendo importante frisar isso, embora o atropelamento não se tenha dado sequer na passadeira, mas foi perto dela e, de alguma forma, leva a tomar medidas, já tendo sido feito o pedido, mas ainda sem resposta, o que é de lamentar.
74. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Solicita que a Mesa aponte um voto de protesto da Bancada do PSD relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, apesar de entender a bondade da intervenção e o esclarecimento que procurou fazer, entendem que é uma discussão da Assembleia Municipal e que não havia espaço para a intervenção da Câmara Municipal.
75. O objeto da Recomendação é absolutamente claro. Propõe a variação e reforço das medidas e não sentiram necessidade de qualquer intervenção da parte do Presidente da Câmara, sendo por parte da Bancada do PSD não solicitaram esse tipo de esclarecimento, a menos que a Bancada do PS se sinta “órfã,” também não necessitavam disso para votar uma Recomendação que versa exclusivamente sobre a avaliação das condições, reforço dos meios, sendo que nem fazem reparos significativos à ação da Câmara Municipal no passado, presente e no futuro.
76. O que se propõe é fazer um diagnóstico e fazer um reforço, quer de iluminação, quer de sinalização, meios horizontais e meios verticais, sendo isso que está em causa e que gostariam de ver votado pela Assembleia Municipal.
77. O **Membro Valentino Cunha** refere que, obviamente, a Bancada do Partido Socialista não se sente “órfã” se não tiver presente a Câmara Municipal, tendo em conta que em várias Assembleias Municipais desde o início do primeiro mandato do PS, poucas vezes recorreram a pedidos de esclarecimento.
78. Tendo em conta que a alteração da iluminação pública em Vendas Novas é algo recente, apenas quiseram saber se, de facto, o que é proposto, já estava a ser feito, aliás, como é hábito nas moções e recomendações do PSD, que é propor algo que já está a ser feito.
79. O **Membro José Leitão** refere que como está tudo a ficar muito “sério”, passa a dizer sem “namoro” nenhum, que a Bancada da CDU subscreve a intervenção do PSD.
80. O **Membro Custódio Vale de Gato** menciona que relativamente à presente matéria, independentemente de todas as “cortesias” que estão a sair entre as Bancadas, faz um apelo que tem a ver com a seriedade que o problema tem, ou seja, todos os temas que trazem são naturalmente

importantes, porque se não, não seriam tratados e a ocupar o tempo de tanta gente. O presente tema é particularmente sensível e a primeira proposta que faz é que ele seja despolitizado, por estarem a tratar de um problema que é meramente técnico e que tem a ver com a segurança de todos os Vendasnovenses e de todos os que passam e visitam a cidade. O objetivo da Bancada do PSD e, referindo-se ao Membro Valentino, para não vir com a afirmação que pedem o que está dado, sendo essa uma estratégia conhecida pela sua Bancada, não da Bancada do PS, mas de outra força política, porque por vezes também é preciso ter a capacidade para antever o que vai acontecer e isso não está de facto de todos os lados, pelo que tem “pena”.

81. Refere que não é por isso e, mesmo que assim fosse, a Recomendação contribui para acelerar ou até para dar o contributo solidário da Bancada do PSD, para que o reforço dessas medidas aconteça. Isso já valeria a pena.
82. Depois dizer que a dependência e o Senhor Presidente falou e focou-se no eixo que é mais prioritário, mas não se pode esquecer que existem outros da responsabilidade da Câmara Municipal e aí a Câmara Municipal não está à espera de ninguém. Tem de ser ela própria a assumir as responsabilidades de fazer esse tipo de trabalho. Dito isso, o que entende, e o que a Bancada do PSD entende, é que a Recomendação tem como único e exclusivo objetivo, acelerar todo esse processo e que se constitua um meio de reforço para que os acidentes deixem de acontecer ou que pelo menos sejam minimizados, sendo esse o genuíno objetivo. Não tem nada de político, pelo que reforça a sua sugestão de não politizarem o que é técnico e aquilo que é demasiado importante para todos e acha que estão todos envolvidos no mesmo espírito.
83. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere que, antes dos membros voltarem a intervir, é necessário votar um prolongamento de 60 minutos.
84. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período da ordem do dia em 60 minutos.**
85. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que, por não quererem politizar o tema, é que pediram uma avaliação do que estava tecnicamente a ser feito ao Senhor Presidente da Câmara.
86. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada, por unanimidade, a Recomendação “Maior Segurança para os Peões”**. (Anexo 6/20)
87. A **Membro Maria João Luz** apresenta, em nome da Bancada da CDU, a **Moção “Pelo Dia Internacional da Mulher – Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdade e discriminações”**. (Anexo 7/20)
88. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada, por maioria, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD) a Moção “Pelo Dia Internacional da Mulher – Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdade e discriminações”**. (Anexo 7/20)

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – RELATÓRIO DO 2.º SEMESTRE DE 2019 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

89. **A Presidente da Assembleia Municipal** informa que o 2.º Ponto foi retirado da ordem do dia, pelo facto do Orçamento de Estado não ter sido publicado e, como não foi a tempo à reunião de Câmara, tem de ser retirado.

90. Coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
91. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Informa que o documento já não é novo para a Assembleia, sendo que já não vai fazer um grande enquadramento.
92. Refere que Câmara Municipal de Vendas Novas, tal como se encontra no Relatório, cumpre e supera todas as metas definidas no plano, o que lhes permite fazer muito mais investimento do que aquele que estava previsto, pelo facto das contas da Câmara estarem mais sólidas e isso permite ter uma ambição diferente daquela que teriam, se se regessem única e exclusivamente pelo que estava no plano, referindo que felizmente as coisas estão a correr bem.
93. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 1, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar o Relatório do 2.º Semestre de 2019 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas.**
94. O **Membro José Leitão** apresenta em nome da Bancada da CDU a seguinte declaração de voto menciona que a Bancada da CDU continua a congratular-se com a votação e a aplicação do programa, que por acaso o Senhor Presidente que está na Câmara Municipal, que antes era membro da Assembleia Municipal e na altura dizia que ia ser o “fim do mundo” e mais algumas coisas, tais como os outros diziam que vinha aí o “diabo”, sendo mais ou menos a mesma coisa.

2.º Ponto – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, PPI E PAM DE 2020

95. O assunto foi retirado da ordem de trabalhos da Sessão.

3.º Ponto – DECLARAÇÕES DE TODOS OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DOS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

96. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos.
97. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e refere que, com ou sem “diabo”, a Câmara Municipal continua sem pagamentos em atraso a qualquer tipo de entidade que tem e apresenta a lista dos compromissos plurianuais existentes no final do ano passado, bem como a lista de recebimentos que têm, que são sobretudo ligados ao sector da água.
98. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra.
99. Referindo-se ao Senhor Presidente, agradece o enquadramento e apesar de cumprir os trâmites legais, a presente tabela resume e permite aferir pouca informação relativamente onde são alocados cada um dos montantes.
100. Questiona se está presente o compromisso assumido com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, relativamente ao Quartel dos Bombeiros e se está presente o contrato de eficiência energética no âmbito da CIMAC.
101. O **Presidente da Câmara Municipal** menciona que, como diz na informação, estão mencionados todos os compromissos.
102. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

4.º Ponto – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA O BIÉNIO 2020-2021

103. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a sua introdução.

104. O **Presidente da Câmara Municipal**, agradece a palavra e refere que essa é uma competência direta da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e a proposta que trazem é de manter o auditor externo que têm, que é da região, não havendo muitas empresas, destaca que têm feito um bom trabalho.
105. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 4.º ponto à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS) e 3 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), aprovar a proposta de nomeação de “Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,” como auditor externo ao Município de Vendas Novas para o biénio 2021-2022.

5.º Ponto – RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ANUAL REFERENTE AO ANO DE 2019, RELATIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS

106. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, referindo ser um ponto só para conhecimento e solicita ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
107. O **Presidente da Câmara Municipal**, agradece a palavra. Menciona que, se lhe for permitido e como já é habitual, abordará já os dois pontos. Quer no Relatório do Contrato da Junta de Freguesia de Vendas Novas, quer da Junta de Freguesia da Landeira, todos os parâmetros que estavam definidos foram cumpridos e não de igual forma em relação a anos anteriores, mas a Câmara Municipal cumpriu com as Juntas de Freguesia e as Juntas de Freguesia cumpriram com aquilo que estava nos contratos.
108. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que apesar do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter abordado os dois pontos em conjunto, os mesmos serão tratados em separado.
109. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Relativamente aos dois pontos e uma vez que convoca as Juntas de Freguesia, atreve-se a propôr que os Presidentes de Junta também opinassem sobre o que é a outra parte do acordo. Se também se revêem no que está explanado nos Relatórios que a Câmara Municipal propõe, uma vez que não existe nenhuma evidência de que tenha havido a concordância dos Presidentes das respetivas Juntas de Freguesia.
110. A **Presidente da Assembleia Municipal** esclarece que os Presidentes de Junta são membros, os Relatórios são deles, pelo que questiona a Membro Paula Valentim se quer intervir.
111. A **Membro Paula Valentim, Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas**, saúda todos os presentes. No recurso do repto lançado pelo Membro Custódio Vale de Gato, refere que em relação ao Protocolo e em relação ao Contrato Interadministrativo do ano de 2019, a Junta de Freguesia de Vendas Novas sente-se satisfeita com a forma como decorreu o contrato em relação a anos anteriores, cumprindo e foi cumprido não só o valor que estava em Contrato Interadministrativo, como também e em termos de funcionários, no que diz respeito como tudo decorreu, a Junta de Freguesia sente-se satisfeita com os resultados obtidos de parceria com o Município, ao contrário de alguns decorridos em anos anteriores em que as coisas não correram da melhor forma.

112. A **Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

6.º Ponto – RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ANUAL REFERENTE AO ANO DE 2019, RELATIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA

113. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos.
114. O **Membro Vítor Serrano, Presidente da Junta de Freguesia de Landeira** saúda todos os presentes.

115. Informa que faz das suas palavras as palavras da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, tendo sido cumprindo na íntegra, estão satisfeitos com o Contrato Interadministrativo e esperam continuar para o ano de igual modo.
116. O **Membro Ricardo Videira** questiona o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Landeira se a situação de precariedade em relação ao colaborador que estava a trabalhar para a Junta de Freguesia no âmbito do Protocolo e que foi falado numa Assembleia Municipal anterior, se mantém.
117. O **Membro Vítor Serrano** refere que não vai comentar nada sobre isso, não havendo nenhuma precariedade na Junta de Freguesia de Landeira, esclarecendo que existe um contrato de prestações de serviços.
118. O **Membro José Leitão** sobre o tema refere que estão na Assembleia Municipal, não estão na Assembleia de Freguesia, como tal, não têm nem devem interpelar de forma direta os Presidentes de Junta, mas cada um faz aquilo que acha que deve de fazer, sendo evidente que a Bancada da CDU não o fez, por considerar que não o deveria ser feito presentemente.
119. Esclarece que, a Bancada da CDU conhece a situação e, foi a Bancada da CDU que despoletou a situação precária do trabalhador e votou contra o último contrato assinado pela Câmara com a Junta de Freguesia de Landeira. Se tivesse que votar o Relatório votava contra, pelas razões de haver um trabalhador na Junta que ganha um salário inferior ao salário mínimo nacional, estando numa situação precária.
120. Referindo que é evidente que não é essa a questão que está em discussão, mas sim o Relatório.
121. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

7.º Ponto – APROVAÇÃO DO PLANO DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 2019-2028

122. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que vão fazer uma apresentação pelo que solicita aos membros que não consigam ver para se juntar ao público.
123. Solicita ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
124. O **Presidente da Câmara Municipal** menciona que está presente o Engenheiro Jorge Quintas, responsável pelo Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal e a quem solicita, atendendo ao presente documento para discussão, uma apresentação mais resumida para melhor análise e posterior resposta de questões.
125. O **Engenheiro Jorge Quintas**, Técnico Florestal da Câmara Municipal, agradece a palavra, e cumprimenta todos os presentes.
126. Apresenta brevemente o Plano de Defesa Municipal da Floresta. (Anexo 8/20)
127. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que só para complementar antes de se passar à discussão, em nome do Executivo Municipal faz um agradecimento público ao Engenheiro Jorge Quintas pela forma como nos últimos anos conduziu todo o trabalho e todo o processo de elaboração de um plano que a maior parte dos Municípios decidiu contratar fora, referindo que é um documento, que regra geral, custa entre os 20 ou 30 mil euros e, portanto, é justo fazê-lo aqui na Assembleia Municipal, reconhecendo aquele que foi o trabalho da preparação de um documento que é extenso, que é complexo, que é de grande especificação técnica numa Câmara Municipal que tem poucos meios técnicos especializados e focados especificamente em alguma área. Portanto, esse é um reconhecimento público que tem de fazer presentemente, por esse trabalho, que como o próprio disse teve o contributo de muitas entidades, mas que não podia deixar na presente noite de agradecer, sendo de facto justo fazê-lo, tendo sido dois anos e meio de elaboração de um documento que, como foi

- referido, tem a validade de 10 anos, independentemente de poder ter que ser revisto a qualquer momento como todos os planos que se têm, dizê-lo é de inteira justiça, estando à disposição para esclarecimentos.
128. O **Membro Tiago Aldeias** refere que, quando é para dizer bem é preciso dizer bem, sendo de valorizar que a Câmara tenha feito o plano de forma interna, sendo sabido que a maioria das Câmaras contrata empresas externas para o fazer, valorizando isso.
129. Referindo, no entanto que também é preciso criticar, sendo que a Bancada da CDU teve uma grande “trabalhadeira” para que todos os partidos estivessem representados na Comissão Municipal da Defesa da Floresta, um representante do um PS, um representante do PSD e um representante da CDU e depois as reuniões da Comissão decorrem às quatro ou às duas da tarde de um dia de semana, contrariamente, ao que acontece com outras Comissões, como a de Segurança, a da Proteção Civil, não precisando de estar a elencar, que o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores o sabem, achando que isso é de lamentar, dificultando a partição. Esse facto dificultou a sua participação enquanto representante da CDU e dificultou a dos outros, não percebendo o porquê de isso acontecer, achando que não teve lógica.
130. Outra questão que lhe é cara, e que em muitos anos era defendida pelo Partido Socialista, aguerridamente e quando chegou à maioria na autarquia deixou de falar dela, esqueceu-se, ou não se lembra, que é a estrada que liga a Afeiteira às Piçarras por Carvalhais, podendo enquadrar isso no Plano de Defesa da Floresta, mas vai muito para além disso. Sendo uma estrada importante que atravessa uma área florestal do Concelho e que está encerrada há uns anos, inclusivamente, acha que chegou a haver um processo em tribunal e gostaria que o Senhor Presidente se pudesse pronunciar sobre o facto de a estrada estar encerrada, uma estrada que desde sempre até há poucos anos de ser encerrada, servia as populações.
131. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Informa que o horário da Comissão Municipal é aquele que mais se ajusta à maioria das entidades que a compõe e salienta que a maior parte são entidades públicas como a GNR, Bombeiros Voluntários, Infraestruturas de Portugal, REN, ICNF, que, fora do horário laboral, não podem vir às comissões impedindo a existência do quórum, impedindo as deliberações, sendo para o Executivo importante ter os três partidos representados na Comissão, mas com três partidos, o Presidente e o Vereador, não tem quórum para funcionar, apercebendo-se disso já no passado. Já no mandato anterior isso acontecia, sendo que tentaram sempre ajustar de forma a terem quórum para decidir e, portanto, deixa essa nota justificativa, sendo que as entidades que o compõem, àquela hora, estão presentes e nos últimos anos têm tido quórum para as reuniões, o que é um fator decisivo para que elas possam deliberar.
132. Em relação à Estrada que liga a Afeiteira às Piçarras não tem memória nenhuma do processo, pelo menos no seu mandato. Não se lembra de um processo com essa estrada, podendo indagar, mas em relação à importância para o plano não sabe se o Engenheiro Jorge Quintas quer esclarecer, se há alguma questão ou não do ponto de vista técnico.
133. O **Engenheiro Jorge Quintas**, refere que não respondendo diretamente àquilo que o Membro Tiago Aldeias referiu, menciona que a Rede Viária Florestal é um dos aspetos fundamentais da Defesa da Floresta, mas no seu contexto tem inúmeros problemas pela dificuldade de acesso à propriedade, sendo que as propriedades estão quase todas vedadas e algumas vedadas não só com uma vedação de contexto normal. Têm inclusive valas a dificultar o acesso às propriedades e essa é uma das razões da dificuldade do plano, nomeadamente, até para monitorizar se a rede está em condições ou não, sendo esse um dos aspetos que têm muita dificuldade em fazer.
134. Esclarece que há alguns municípios que devido ao território e contexto que têm é mais fácil, dado serem territórios mais abertos, sendo que o do Município está muito fechado e têm essa dificuldade. A estrada está presente, consta da rede viária, mas como outras não está acessível, sendo que não acompanhou a fase posterior dos contornos jurídicos, mas ela consta. Têm alguma dificuldade até do ponto de vista de imagem aérea, já têm dificuldade em perceber algumas partes da própria via, mas

está contemplada no plano, como outras estão mas inacessível e, num contexto de incêndio, esses proprietários serão responsabilizados em caso de não acesso às propriedades.

135. O **Membro Tiago Aldeias**, solicita ao Senhor Presidente que possa averiguar, referindo que tem a ideia que foi no início do mandato em 2013, se não existia uma diligência da Câmara Municipal junto dos proprietários da herdade que a estrada fosse aberta e se não existiu um acordo com alguém da Câmara Municipal com o proprietário em que a estrada estaria aberta, numa parte do dia e que noutra estaria encerrada, solicitando averiguação e posterior esclarecimento.
136. O **Membro José Leitão** refere que sobre o assunto e mencionando as palavras do Engenheiro Jorge Quintas que referiu que o plano corre o risco de a breve prazo ter de ser alterado por nova legislação e olhando para o documento, parece-lhe que a aprovação do mesmo tem a importância que tem, visto que na página 71 do documento do segundo caderno, refere: “manutenção e beneficiação da rede de primeira ordem”, aparecendo depois três asteriscos que querem dizer “valores a fornecer pelos responsáveis”, ou seja, as próprias entidades, nomeadamente, uma das entidades é a Câmara Municipal, não forneceram esses documentos.
137. Face a isso, passa também às palavras do Senhor Presidente que falou que “este é um documento importante”, mas depois percorre-se o Orçamento de 2020 e não consta nem nas Grandes Opções do Plano, nem no Plano Plurianual de Investimento e aí vai “perverter” o terceiro ponto da presente Assembleia que foi a “Declaração de Todos os Compromissos Plurianuais e dos Pagamentos” e, nesse ponto, o Membro Ricardo Videira fez essa questão, se estavam explanados todos os compromissos plurianuais e pelo presente plano para ser aprovado não está refletido no mesmo, assim como não aparece no Plano de Atividades Municipal, é omissivo.
138. Refere que não sabe se o plano terá tanta importância afinal, para não ter aparecido em nenhum documento e para a própria Câmara não ter fornecido informação sobre os valores a gastar, referindo que têm dúvidas sobre a importância do plano, não tendo dúvidas sobre tecnicamente a importância do mesmo, mas sobre a importância que esse documento teve por parte do Executivo da Câmara Municipal, sendo essa questão que deixa e que fica um bocado no “limbo” de uma coisa que se teve de fazer e é verdade que se teve que fazer porque têm a obrigatoriedade legal, não tendo dúvidas nenhuma sobre isso, ficando a questão como depois a tratamos. O documento é um documento estruturante para a Câmara e para o Município, merecia um outro tratamento em orçamento para 2020, do que aquele que mereceu na sua não existência.
139. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação à matéria, refere que na Câmara Municipal teve a oportunidade de esclarecer isso. No orçamento têm três documentos base, têm o PPI, referente a investimentos, o PAM, referente a atividades e têm o Orçamento com as despesas correntes do Município. Quer esclarecer isso, por na Câmara Municipal já o ter feito, e a Assembleia também merece o esclarecimento.
140. Informa que nem todas as atividades correntes, e está a falar de gestão corrente, que estão inscritas como uma atividade, por serem realizadas pelo Executivo, ou seja, só têm no orçamento as despesas com pessoal e isso não aparece numa atividade, combustíveis não aparece numa atividade, funcionamento das máquinas e manutenção não aparece na atividade, nem deve de aparecer claramente. Se a CDU, para votar em consciência, quer valores, tiveram oportunidade entre a reunião de Câmara e a Assembleia de os solicitar e, tecnicamente, pode dizer que rondam os cinquenta mil euros, grosso modo, por ano. O trabalho que o Plano Municipal os obriga a fazer de manutenção das faixas de gestão de combustível nas áreas de responsabilidade do Município, com recurso a empresas externas quando é necessário, e também aos colaboradores e aos meios do Município na maioria dos casos e menciona que de outras entidades que têm também essa obrigação da gestão de faixas, podem apurar em mais de cem mil euros, grosso modo, sendo que os investimentos que está a falar são sobretudo de EDP, REN e Infraestruturas de Portugal que têm também essa obrigatoriedade.
141. A questão do orçamento é uma não questão. Refere que ele está inscrito, não têm um projeto, porque para a elaboração do plano não teve qualquer custo. Foi feito internamente e para esse tipo de atividades que são feitas com recursos do Município não têm, obviamente, nenhum investimento. Não

é um investimento. Já se quiserem comprar um trator para fazer isso, deveria de estar na aquisição de viaturas no Plano de Frota, o que não é o caso. Os recursos já existem na Câmara Municipal desde sempre e não sendo a questão, ele está no orçamento, não está no PPI e no PAM, mas está no orçamento, como estão tantas outras coisas correntes nos “bolos” dos recursos humanos que não estão obviamente detalhados.

142. O **Membro José Leitão** refere-se ao Senhor Presidente dizendo que sabe que está em orçamento, por ser evidente que qualquer despesa que o Senhor Presidente faça, tem de ser cabimentada e consequentemente tem de ter verbas em orçamento para a executar. Se não, não o pode fazer, ou seja, o argumento não “cola”.
143. A questão é a importância do documento, a importância que a Câmara Municipal atribuiu ao documento, admitindo, que é fácil, esqueceram-se de o meter no PPI ou no PAM, tudo bem. O Senhor Presidente fala no Plano de Atividades Municipais, têm rubricas e projetos no Plano de Atividades Municipais com muito menos valor, do que os valores apresentados e, no entanto consta, é um problema de questão de opção, tudo bem, dá de “barato”, agora quanto à Bancada da CDU, acha que a importância que o documento tem, devia de estar refletido ou no PAM ou no PPI, ou consequentemente nas Grandes Opções do Plano, para além de ter uma implicação na gestão futura da autarquia que são investimentos para lá do ano de 2020, sendo que esteve presente o 3.º ponto que dizia Declaração de Todos os Compromissos Plurianuais e os presentes custos não estão presentemente refletidos.
144. Como é evidente é uma opção de gestão, a Câmara fará como quiser, sendo que a Bancada da CDU interpretará isso também da forma como achar e como sabe, referindo que vão votar de acordo com a posição que tiveram na Câmara Municipal que foi de abstenção do documento, não pelo aspeto técnico, mas pela forma que ele é tratado.
145. O **Presidente da Câmara Municipal** esclarece que o Membro José Leitão está equivocado e sobretudo tecnicamente equivocado. Não são considerados compromissos plurianuais, obviamente, se não os salários dos colaboradores também o seriam, não vão despedir de um ano para o outro ninguém, portanto, não consideraram os salários, por exemplo, dos trabalhadores de um ano para o outro como um compromisso plurianual porque não o são, mas são uma despesa que a Câmara sabe que vai ter e portanto, misturar “alhos com bugalhos,” tecnicamente até, é ultrapassar da política para uma área que não é a sua, pedindo desculpa ao Membro José Leitão, mas não entra nesse teor. Para o Executivo, o importante é que o Plano agora feito, e se for aprovado, e se for para publicação, lhes vai dar um corpo áquilo que já é feito desde há pelo menos seis anos ao presente, que é a manutenção da rede viária e da gestão das faixas de combustíveis que é a isso que o Plano os obriga, sendo isso para o Executivo o mais importante, executar esse Plano. Agora para a CDU inscrever o projeto chamado Plano Municipal da Defesa da Floresta, que não é uma ação, não é uma atividade, sendo que as atividades estão lá dentro e não as vão inscrever todas, obviamente, e se isso para a CDU é que é importante, se para o Executivo não, para o Executivo é o executar o que está no Plano depois de aprovado e publicado e manter o que têm feito que é importante.
146. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 7.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028.**

8.º Ponto – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DO CONCELHO DE VENDAS NOVAS

147. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.
148. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação ao documento refere que, através da Unidade de Apoio ao Desenvolvimento Económico, que têm a gestão das Candidaturas ao Associativismo, em conjunto com o Gabinete Jurídico, foi detetado que havia uma área dos apoios ao associativismo que não constava do Regulamento e que se deveria fazer constar, para ficar mais claro e

transparente, nomeadamente, o apoio ao investimento e, portanto, a grande alteração, além de alguns ajustes pequenos, é o de prever regras para a atribuição de apoio ao investimento das associações do Concelho, algo que não constava antes e, portanto, se houver alguma questão, basicamente é essa a alteração que propõem, já tendo estado em discussão pública, entre as associações, obviamente, não se tendo tido nenhuma oposição a essa alteração e vem agora para aprovação da Assembleia Municipal.

149. O **Membro José Leitão** congratula-se pelo Executivo da Câmara Municipal estar a ir ao encontro do que era o Regulamento da Câmara Municipal do tempo em que a CDU estava à frente da Câmara, em que previam isso, o apoio ao investimento.
150. Refere que a votação da Bancada da CDU não será favorável por duas questões, uma primeira é que o presente apoio continua a não incluir as forças políticas e as forças sindicais e segundo por considerarem que os espaços municipais que estiverem disponíveis devem de ser cedidos às coletividades e não ser colocado um “teto” para esse número de cedência. Faziam-no assim e, assim é que acham que está correto, podendo ser que, daqui a algum tempo, o atual executivo concorde com essa posição à imagem do que já veio a concordar, no que diz respeito aos investimentos.
151. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que em primeiro lugar não sabe a que documento do tempo da CDU o Membro José Leitão fala. O presente Regulamento foi criado quando chegaram à Câmara Municipal, por terem sentido a necessidade e por criticarem na altura de não haver transparência na atribuição dos apoios, sendo mais ou menos em função da “cor dos olhos” de cada associação. Foi algo com que nunca concordaram, achavam que as associações não deveriam ter “cor-de-olhos” e daí terem criado o Regulamento para tornar transparente a atribuição desses apoios.
152. Segunda questão, sobre os partidos e os sindicatos, refere que têm uma visão diferente. Para o Executivo, os partidos e sindicatos não são associações locais, são entidades importantes, às quais cedem espaços muitas vezes, aprovados até pela Câmara Municipal, mas não são associações e não devem poder concorrer no âmbito do presente Regulamento, como as associações e as coletividades.
153. Na questão de limitar os espaços, questiona o Membro José Leitão, qual foi a instituição/associação local que algum dia ficou sem um espaço do Município.
154. O **Membro José Leitão** só para lembrar ao atual Presidente da Câmara que foi membro da Assembleia Municipal na altura e que, deve de ter em casa, os documentos e que existiam os regulamentos de apoio ao associativismo, esclarecendo que houve regulamentos nessa altura, sendo uma questão de os consultar.
155. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o 8.º ponto, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho de Vendas Novas.**

9.º Ponto – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

156. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal, que faça a respetiva introdução.
157. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Referente ao presente ponto, salienta que é um ajuste de preço do Bar do espaço, porque detetaram que existia uma diferença para outros espaços semelhantes no Município, sendo aplicada uma redução do valor do metro quadrado do Bar do Mercado Municipal, tendo estado em discussão pública também, houve uma sugestão que, entretanto, deixou de fazer efeito por a pessoa ter saído, já foi à reunião de Câmara e agora está presente na Assembleia Municipal para aprovação final.

158. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Referindo-se ao Senhor Presidente, de alguma forma, a olhar-se para uma alteração ao presente Regulamento, impediu de olhar para o documento como um todo, mas só aos artigos trazidos.
159. Menciona que há um ponto que logo lhe destaca que é o artigo 6.º, alínea c) que tem a ver com o seguinte: “assegurada a gestão das zonas dos serviços comuns, nomeadamente, a conservação e a limpeza dos espaços comuns do mercado,” que é uma competência do Município e que, a ver da Bancada do PSD, como o Senhor Presidente concordará, nem sempre tem sido muito bem promovido, exemplo disso é as situações em que existem infiltrações no interior do Mercado Municipal, não raras as vezes, que certamente prejudicará o funcionamento do mercado e o comércio de quem aluga aquele espaço.
160. Refere também que não estavam à espera de um ajuste de preço relacionado com os outros Bares, os outros espaços que são arrendados pela Câmara Municipal. Pensavam que tivesse a ver com um contexto de mercado.
161. Menciona que na interpretação por parte da Bancada do PSD, existe de alguma forma uma falha no critério de atribuição da redução de custo e se existe uma redução de custo, ela tem de ser transversal a todas as pessoas que utilizam o equipamento e, é nesse sentido, que questionam o porquê de só se aplicar a redução ao bar e não aos outros comerciantes que também eles, perante a concorrência que têm, nomeadamente as grandes superfícies, terão as suas dificuldades em termos de gestão.
162. Para finalizar e uma vez que é referido no presente documento que a Fração 7 H, terá sido desocupada, questiona se a mesma voltará a ser colocada no mercado pelo preço que está na tabela do Regulamento, ou pelo preço que é proposto e na altura declinado pela Câmara Municipal.
163. O **Presidente da Câmara Municipal** esclarece que foi detetado um lapso no procedimento, no ano 2013 ou 2014, não sabe precisar. Quando chegaram ao Município, decidiram reduzir as rendas de todos os espaços comerciais do Município, nomeadamente, de todos os bares que tinham. A “Ilha”, o espaço que está junto da biblioteca, os espaços que tinham, reduziram cerca de 20% as rendas, devido ao momento que se atravessava e esse ficou de fora dessa revisão e foi detetado isso por ser um bar como os outros, inclusive, o que está na Rodoviária acontece a mesma coisa. Como não se tinha feito a esse por estar no âmbito de um Regulamento próprio e não era abrangido como todos os outros espaços, é uma questão de equilíbrio. As Bancas já tinham sido revistas aquando da revisão ao Regulamento, menos o bar, sendo a intenção de alguma forma criar mais justiça em espaços que são idênticos à sua exploração.
164. Referente à questão da Loja 7 H, ela está dentro do que é o preço das restantes frações do mesmo tipo de tipologia e para não criar disparidades entre as mesmas tipologias, não alteraram sendo que, está disponível para aluguer no presente.
165. O **Membro Ricardo Videira** agradece o esclarecimento do Senhor Presidente, referindo que a Bancada do PSD se preparava para votar contra, mas o esclarecimento foi importante para perceber isso e acha que há uma falha de contextualização do documento que é trazido à Assembleia Municipal. A forma como o enquadram dá a ideia que é uma redução especificamente para esse espaço e não um enquadramento em relação aos restantes espaços municipais, por esse motivo vão abster-se e não vão votar contra, como tinham previsto.
166. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o 9.º ponto, tendo sido **deliberado, por maioria, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar a alteração ao Regulamento do Mercado Municipal de Vendas Novas.**

10.º Ponto – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DA AMGAP – OPÇÕES DO PLANO – PAM, PPI E ORÇAMENTO 2020

167. É colocado à discussão, pela **Presidente da Assembleia Municipal**, o 10.º ponto, tendo sido dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para ser feita a respetiva apresentação.

168. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que é uma obrigação legal da Câmara Municipal dar conhecimento à Assembleia Municipal dos documentos previsionais e das contas das entidades nas quais tem participação e está para conhecimento da Assembleia o documento.

169. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

11.º Ponto – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO ALENTEJO CENTRAL RELATIVA AO CENTRO DE SAÚDE DE VENDAS NOVAS – COMPROVATIVO DE PUBLICAÇÃO DO CONCURSO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

170. É colocado à discussão, pela **Presidente da Assembleia Municipal**, o 11.º ponto, tendo sido dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para ser feita a respetiva apresentação.

171. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Informa que o presente documento vem para conhecimento depois de ter ido à Câmara Municipal, na sequência de uma discussão que tiveram na Assembleia Municipal, sobre a necessidade de fazer intervenções no Centro de Saúde. Informa, pela segunda vez, que o concurso ficou novamente “deserto”, sendo que o projeto está em fase de revisão para depois se lançar novo procedimento, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal.

172. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

12.º Ponto – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2019 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VENDAS NOVAS

173. É colocado à discussão, pela **Presidente da Assembleia Municipal**, o 12.º ponto, tendo sido dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para ser feita a respetiva apresentação.

174. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que apesar de ser um documento enviado diretamente pela CPCJ para a Assembleia Municipal, solicita à Senhora Vereadora Susana Gonçalves, que tem a área da inclusão e que acompanha o funcionamento da CPCJ que faça um resumo dos principais dados que podem ser públicos.

175. A **Vereadora Susana Gonçalves** saúda todos os presentes. Refere que vai fazer um pequeno resumo e, caso surjam dúvidas, as podem colocar. O ano de 2019 foi o ano em que teve um aumento maior de processos, atingindo os 92, isto porque existe um histórico, sendo normal que assim o seja. Quanto mais tempo estiver a funcionar, possivelmente, maior os números de casos irão ser identificados. Foram 44 novos processos, havendo 6 reaberturas, aqui também um pouco justificado por essa questão, que ao longo do tempo existe um maior número de processos de crianças ou jovens que foram acompanhadas e as reaberturas tornaram-se mais reincidentes.

176. Menciona que a CPCJ considera que essas reaberturas têm um pouco a ver com a falta de um CAFAP, Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental, que poderia ser uma entidade de primeira linha e que já foi feita a tentativa de abrir em Vendas Novas, mas não tem sido fácil. Claro que vão continuar a tentar abrir, por ser um serviço que faria algum trabalho de prevenção na intervenção nesses casos.

177. Refere que o maior número de sinalizações vem por base da violência doméstica e aí será a CPCJ a entidade que mais sinaliza a intervenção precoce.

178. Importa salientar que a CPCJ iniciou e fez a adesão ao Projeto Adélia, que é um projeto de apoio à parentalidade positiva e à capacitação parental. É um projeto que envolve a formação a vários parceiros e a várias pessoas do Concelho e dos Concelhos limítrofes, que possam depois trabalhar diretamente com os pais e fazer essa capacitação parental, criando grupos de trabalho com os pais.

179. Deixa como nota final o agradecimento da Comissão, a todos os que se empenham e todos os que trabalham em prol do bem-estar das crianças.
180. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que feita a análise e a qual agradecem à Senhora Vereador Susana Gonçalves e antes de colocarem algumas questões refere que o presente Relatório carece, que enquanto autarcas, se faça uma reflexão em relação ao funcionamento enquanto comunidade, quando os números apresentados são esses e, particularmente, quando o número de casos é crescente, sendo que de alguma forma merece uma reflexão de todos, de se fazer tudo o que está ao alcance para que as futuras gerações cresçam nas condições que são as ideais.
181. Acrescenta que tem duas ou três questões a fazer relativamente ao Relatório. A primeira questão é uma questão reiterada, já a fizeram nos dois anos anteriores e tem a ver com uma nota que existe nas conclusões, com o espaço físico da CPCJ. Questionaram no ano passado e voltam a questionar neste ano. Existem algumas preocupações da CPCJ em relação ao espaço físico, quer em termos do sigilo dos atendimentos, quer em termos da segurança do local, dado que se encontra num local um pouco isolado. Questiona se, a Câmara Municipal tem prevista alguma alteração ou alguma proposta para alterar esse nível das condições.
182. Em segundo lugar, refere que a Senhora Vereadora Susana Gonçalves fez referência à CAFAP, realçado muito bem no Relatório e, nesse sentido questiona a Vereadora do que foi feito e o que têm impedido a criação da CAFAP, que segundo acabou de referir seria importante para, de alguma forma, mitigar o problema que está indiciado.
183. O **Presidente da Câmara Municipal** menciona que antes de passar a palavra à Vereadora Susana Gonçalves, refere que em relação ao espaço físico, durante o ano de 2019, foram feitas um conjunto de intervenções com vista a melhorar o espaço, tal como era pretendido pela CPCJ. Não resolveram tudo, resolveram o principal e como referiu no ano passado, continuam a ser utilizadas outras instalações do Município quando se julga necessário, nomeadamente, quando a família é mais numerosa e quando aquele espaço não é adequado para o efeito. Felizmente, têm outros espaços disponíveis que dão resposta a qualquer tipo de circunstância. Sendo a CPCJ um projeto do Executivo, obviamente que têm acesso a todos os espaços do Município e foram feitas as melhorias que ao longo do ano foram pedidas.
184. Em relação à CAFAP, passa a palavra à Vereadora Susana Gonçalves para dar resposta.
185. A **Vereadora Susana Gonçalves** explica que o CAFAP é um serviço da Segurança Social e para se concorrer e candidatar a esse serviço e quando fala em candidatar-se, refere a uma instituição e não a Câmara Municipal, tem de ser uma instituição local ou que tenha atividade na área que tenha de fazer essa candidatura.
186. A Cercimor, como é do conhecimento de algumas pessoas presentes, tem esse serviço em Montemor-o-Novo e já tentou, por duas vezes, alargar a Vendas Novas, de forma a dar resposta a Vendas Novas. A primeira vez não sabe, mas da segunda tem a certeza, por ter feito profissionalmente parte dessa candidatura, foi aprovada, mas não houve verba para ser colocada na prática. Conclusão: não pôde avançar e atualmente o CAFAP apenas pode ser candidatado em Procup da Segurança Social, ou seja, abrem candidaturas, sendo que em 2019 não chegou a abrir a candidatura e se abrir, assumindo um bocadinho, não é o Município que terá essa responsabilidade de fazer a candidatura. Terá de ser uma instituição que trabalhe na área ou que seja local e que queira iniciar esse trabalho, terá de fazer essa candidatura e claro que o Município estará disposto para articular e para fazer a parceria, caso seja necessário.
187. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e todo o esclarecimento da Senhora Vereadora Susana Gonçalves e do Senhor Presidente.
188. Questiona o Senhor Presidente, referindo que não conhece o espaço físico. O que vê indicado no relatório é que a alteração ou a melhoria da privacidade, o transtorno terá sido minimizado com a alteração da disposição do espaço/mobiliário, dizendo que não terá sido uma intervenção. Aquilo que a

CPCJ pede é a compartimentação de um espaço fechado que garanta o tal sigilo necessário a alguns atendimentos. Não tem muitas vezes a ver com o número, mas enquanto estão a atender uma pessoa, poderá estar outra à espera e existem informações que são confidenciais ou que a pessoa gosta de ter reservadas para si, sendo assuntos sensíveis. Parece-lhe que a tal intervenção que o Senhor Presidente acabou de fazer será mais uma disposição de mobiliário ou se não for esclareça, para se entender o que está a acontecer para se contextualizar.

189. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que além da alteração do espaço com recurso ao material existente, existe uma sala na própria CPCJ para fazer os atendimentos individualizados, que não existia e que estava para outra finalidade e que foi disponibilizada para esse efeito na própria CPCJ. A questão da divisória, havendo uma sala para esse efeito, garantindo o que é mais importante num caso de intervenção, não se julgou necessária e, portanto, foi resolvido o assunto com a sala onde fazem atualmente os atendimentos quando julgam necessário e de alguma forma foi salvaguardada a pretensão dos conselheiros que estão na CPCJ, que são, como sabem, para além da Câmara Municipal, outras entidades externas.
190. O **Membro Ricardo Videira** agradece o esclarecimento do Senhor Presidente, referindo que acredita na bondade das suas palavras, mas, menciona que não é o que está escrito no Relatório. De alguma forma, conflitua nas palavras do Senhor Presidente com aquilo que é o conteúdo do Relatório. Tomando por boas as palavras do Senhor Presidente, vão tomar em como o Relatório não reflete aquilo que acontece na realidade.
191. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

13.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

192. É colocado à discussão, pela **Presidente da Assembleia Municipal**, o 13.º ponto, tendo sido dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para ser feita a respetiva apresentação.
193. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que está disponível toda a documentação para a Assembleia poder ter acesso à informação do último período em análise. Destaca aquilo que considera politicamente o que deve de ser destacado.
194. Em primeiro lugar, refere-se ao projeto de eficiência energética e de substituição de todas as luminárias do Concelho de Vendas Novas por tecnologia led, sendo um projeto da CIMAC com financiamento externo e que está com 96% de execução no presente momento, sendo a previsão de conclusão em abril, momento em que será feita a avaliação do que foi contratualizado pela CIMAC com a entidade que ganhou o concurso público internacional. Está-se em fase de implementação até ao final de abril e tem-se a fase de avaliação no mês de maio.
195. Salienta também a questão da abertura do Espaço Cidadão no dia 3 de fevereiro, recentemente, sendo que só em vinte dias, registaram-se 181 atendimentos. Essa é a prova que Vendas Novas precisava, e muito, de um espaço daqueles até para descongestionar alguns serviços públicos que já se tinha no Concelho de Vendas Novas, sem prejuízo desses. Deixa essa nota e também uma palavra de incentivo aos colaboradores do Município que estão a fazer esse trabalho, porque 181 atendimentos concluídos é um número impressionante.
196. Deixa também nota da chegada e entrada ao serviço do novo camião do lixo, que já se havia informado a Assembleia Municipal que iria chegar. Já se encontra ao serviço, tendo-se duas viaturas novas que renovaram o Parque do Município, o que permitiu aumentar a eficiência e a eficácia da recolha de resíduos no Concelho de Vendas Novas e dar mais condições aos operadores do Município, que com os camiões antigos não tinham nem condições de segurança, nem de conforto para executar o seu trabalho.
197. Por último, deixa a nota que decorreu no último ano e está terminada a intervenção que fizeram no Canil Municipal e que no dia seguinte pelas 11 horas, será inaugurado o Centro de Recolha Oficial de animais que se situa no Estaleiro Municipal, ficando o convite a toda a Assembleia Municipal e

público presente a juntar-se ao Executivo para conhecerem o novo espaço, a pensar na sustentabilidade ambiental e nos “amigos de quatro patas.”

198. O **Membro Ricardo Videira** começa por questionar o Senhor Presidente se tem conhecimento de algum entupimento nos tubos que fazem ligação da estação elevatória dos Campos da Rainha a jusante das restantes estações elevatórias no sentido Bombel, entupimento recente no último mês.
199. O **Membro José Leitão** refere que tem algumas questões, nomeadamente, no presente ponto, havendo uma questão que a Bancada da CDU levanta sempre, o carácter genérico da informação à Assembleia Municipal, não indo abordar essa questão.
200. Em relação à iluminação pública refere que se assiste à alteração das luminárias, mas o que tem estado a ouvir por parte da população é que há zonas que ficaram mais mal servidas com a nova iluminação. Por isso, pensa que a Câmara Municipal deverá intervir no sentido de repor a luminosidade nas zonas como havia anteriormente, antes da alteração da iluminação. Várias pessoas fizeram-lhe chegar essa questão e que lhes respondeu que colocaria na Assembleia Municipal essa preocupação.
201. Segunda questão que têm e, sendo o documento completamente omissivo sobre o mesmo, terem alguma informação sobre a empreitada do piso sintético e das respetivas estradas de acesso ao mercado, passado esse tempo todo e a última Assembleia Municipal foi em novembro e como não aparece nada referenciado na Atividade Municipal, é como se não tivesse acontecido, parecendo-lhe que aconteceu alguma coisa.
202. A terceira questão que coloca tem a ver com outra situação que aconteceu a 17 de janeiro, em que o Presidente da Câmara Municipal, num programa na televisão, apareceu a falar sobre uma fábrica no Parque Industrial, a Extraoils, sendo que no presente documento isso é completamente omissivo, o Presidente da Câmara Municipal ter lá estado ou não, nada consta no documento sobre o mesmo.
203. Por fim, também sabem que, na sequência das perguntas já colocadas na presente Assembleia Municipal e das informações que foram feitas na última Assembleia Municipal, até pela parte do Senhor Presidente, da situação da ETAR, questiona sobre o ponto da situação. Como é sabido, os Vereadores da CDU na Câmara Municipal solicitaram um conjunto de informações que até à presente data não tiveram qualquer tipo de resposta e passa sumariamente a referir a informação pretendida. Não a irá colocar formalmente, mas passa a ler o excerto “quem são os responsáveis pela degradação e danos do funcionamento da ETAR pelos maus cheiros e poluição do ambiente que se têm verificado ultimamente em Vendas Novas”, segundo se “a empresa em questão tem todas as licenças, autorizações e pareceres indispensáveis das entidades oficiais competentes para poder funcionar/laborar”, terceiro “solicitar as cópias das licenças, autorizações e pareceres das entidades oficiais competentes”, quarto “se a empresa está a respeitar e a cumprir na íntegra todos os requisitos, regras e procedimentos contidos nas licenças e na legislação e cópia dos documentos comprovativos de todas as exigências que já se fez por parte da Câmara Municipal para resolver com urgência essa situação”.
204. Até à presente data, não tiveram qualquer tipo de resposta e, pensam que esse é um processo que merece que a Assembleia Municipal seja informada. Percebeu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal na última Assembleia Municipal tenha pedido escusa de dizer qual seria a empresa, mas no dia de hoje já está tornado público, não havendo já essa situação, pensa, salvo melhor opinião, sendo o que se vê na comunicação social não corresponde bem à realidade, “dando de barato”, mas para a Bancada da CDU essa era uma questão importante de se perceber, na presente Assembleia Municipal, até porque existe uma situação na ETAR. Acredita que a empresa Águas Públicas do Alentejo vai pedir responsabilidades a alguém pela situação que foi criada na ETAR e esse alguém pensa que seja a Câmara Municipal e a Câmara Municipal também o deverá pedir a quem foi culpado. Por isso, questiona o que é que já foi feito, quais os trâmites que até ao presente não têm conhecimento. Na Informação à Assembleia Municipal não aparece nada, sendo omissa sobre isso.
205. Por fim assina-la que a entidade reguladora das águas, a ERSAR, instaurou mais dois novos processos em tribunal contra a Câmara e a Câmara deve ter arranjado algum “namoro” com a ERSAR por já ter quatro processos, ou seja, começaram com um, em que o Presidente da Câmara Municipal disse na

Assembleia Municipal que é “algo que já está tratado” e, de repente, existem mais três. Os processos estão à vista, não inventou nada, está escrito. Sabe que a ERSAR é uma entidade que preza muito o cumprir na questão processual. Quando avançam são uns “rapazes” expeditos a instaurar processos.

206. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere em relação à questão colocada pelo membro Ricardo Videira, que passará a palavra ao Vereador Bruno Gomes, por não ter essa informação disponível.
207. Em relação à questão da luminosidade, já o respondeu na sua intervenção inicial sobre a Atividade Municipal, sendo que estão no processo de implementação, segue-se a fase de avaliação, não tendo muito mais a informar.
208. Em relação ao campo de futebol em piso sintético e ruas da entrada sul, esclarece que foi à última reunião e por sugestão dos Senhores Vereadores da CDU, a receção provisória da obra. Foi retirado o ponto passando para a próxima reunião, por se ter uma vistoria nessa tarde no mesmo dia da reunião de Câmara, sendo que passará para a próxima quarta-feira, dia de reunião de Câmara e recebida provisoriamente a obra, ficando a Câmara Municipal com a incumbência. A obra está concluída, faltam algumas questões de pormenor que têm a capacidade de fazer internamente. Ficarão com a obra, caso se verifique que não forem corrigidas, se foram, está pronta. A Câmara Municipal fará aquilo que a lei manda por estar, de facto, pronto para ser usado.
209. Em relação à questão da ETAR de Bombel e ao programa de televisão e não menção do programa de televisão na Atividade Municipal, refere-se ao Membro José Leitão, dizendo que as Bifanas de Vendas Novas também estiveram na mesma semana num programa de televisão e também não o iam mencionar, embora sejam importantes para o Concelho, referindo que Atividade Municipal não versa sobre programas de televisão.
210. Sobre a questão da ETAR de Bombel, menciona que se comprometerão, quando tiverem tudo o que for documentação necessária para entregar um dossier na Câmara Municipal aos Vereadores e, posteriormente, enviar também à Assembleia Municipal.
211. Informa que desde a última Assembleia Municipal até à presente, o problema ficou resolvido, ou seja, a empresa corrigiu aquelas que eram as não conformidades identificadas que estavam a criar o problema. Fizeram a parte deles e a AGDA iniciou o processo de recuperação das lagoas e deu o dia 15 de janeiro como concluído o processo em duas das lagoas: duas lagoas recuperadas a 100% e a terceira em fase de recuperação e, de facto, desde 15 de janeiro que não há cheiros, um mês e meio sensivelmente, que o problema foi dado como inexistente e que assim continue no futuro. Foi feito obviamente o trabalho de casa, com a boa-fé que deve caracterizar uma Câmara Municipal de procurar soluções que de alguma forma através de compromissos resolvessem o problema e não nos tribunais, e não foi necessário chegar a esse ponto. Estavam preparados para isso, mas com um bocadinho de boa-fé e de ponderação, o problema ficou resolvido, esperando que assim o continue por muitos e bons anos, sendo importante o Parque Industrial para Vendas Novas, mas a qualidade de vida também o é.
212. Na questão da ERSAR, refere que existem dois processos que têm a ver com a colocação da sinalização em intervenções de ruturas, como se pode ver, dois processos têm a ver com a não colocação por parte da Câmara Municipal de toda a sinalização necessária. Quanto aos dois processos novos que estão presentes, têm a ver com isso, sendo facto que existe um preciosismo.
213. O Vereador Bruno Gomes saúda todos os presentes. Em resposta à questão do Membro Ricardo Videira, refere que realmente existe um entupimento, que é da responsabilidade da AGDA, a mesma fez chegar ao Município informação que estava com problemas nesse tubo, que é da elevatória 4 e a elevatória 3 nos Campos da Rainha, sendo que a AGDA já fez comunicação ao SEPNA e APA – Agência Portuguesa do Ambiente e à respetiva Câmara Municipal que estava em trabalhos, não tendo mais nada a acrescentar.

214. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que foram introduzidos, entretanto outros assuntos que gostariam de abordar sem prejuízo de voltar a eles. Refere que gostaria de se concentrar especificamente na questão do entupimento do tubo.
215. Referindo-se ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador Bruno Gomes, deduz em relação às palavras dos mesmos, que não têm presente a situação real que se viveu no terreno. Durante mais de dois meses, o tubo ladrão da estação elevatória descarregou águas residuais, não tratadas diretamente numa linha de água, linha de água essa que liga na Ribeira de Canha passados dois ou três quilómetros, linha de água essa que gostariam de saber e presume que não terão resposta para isso, se foi feita algum tipo de análise à contaminação de solo, se os aquíferos poderão estar contaminados com essas mesmas águas residuais. Questiona se não sabem ou, se têm a informação, que morreram vários animais que bebiam água nessa linha de água. Os proprietários que têm os terrenos adjacentes à linha de água tiveram que isolar a linha de água para os animais não beberem água dessa linha de água.
216. Refere que a situação é de tamanha gravidade e, se não têm essa informação por parte das Águas do Alentejo é grave, mas também é grave ser uma situação com esse contexto dentro do Concelho de Vendas Novas. Decorrem semanas e semanas a fio e a Câmara Municipal não ter a informação sobre ela.
217. Refere que a Bancada do PSD gostaria de saber e, presumindo referente à gravidade da situação não permitirá responder, porque não o sabem, sabendo a Bancada do PSD mais informações que a Câmara Municipal relativamente ao assunto.
218. Lamenta quando se passa muito tempo a comunicar no Facebook que se anda a fazer podas, mondas químicas e por aí fora e, na parte do ambiente da Atividade Municipal, se fala que se vão fazer ações de sensibilização por aí fora e quando se tem um problema ambiental gravíssimo numa linha de água que liga a uma ribeira, a qual não sabem se está poluída ou não, se os peixes que as pessoas vão para lá pescar podem ser consumidos ou não e a informação que a Câmara Municipal tem sobre esse assunto é nula, a situação é muito, muito grave.
219. A segunda abordagem tem a ver com o campo de futebol em piso sintético, em que o Senhor Presidente tem-lhe prometido sucessivamente o envio do convite e refere que tem ansiado pela sua chegada, referindo que infelizmente ainda não o tem.
220. A Bancada do PSD alertou várias vezes para a forma como foi conduzido o processo, em que não concordaram com a mesma desde o início. Tiveram um atraso, o cumprimento do prazo, tem-se um aumento de custos, continua a paga-se fiscalizações, tem-se uma pior qualidade da obra e quem passa naquelas ruas, mesmo não tendo sido recebidas, o betuminoso já teve reparações e ainda não passou lá nenhum carro.
221. Refere que têm incertezas em relação às garantias de obra, não sabe se a empresa sobrevirá para conseguir fazer as reparações ou manutenções que forem necessárias, ao abrigo da garantia e ainda tiverem a infelicidade de ouvir alguém dizer que ninguém foi prejudicado com o atraso da obra há algumas sessões da Assembleia Municipal.
222. Posto isso, a pergunta concreta ao Senhor Presidente é se já têm data concreta para inaugurar o campo de futebol em piso sintético e a entrada sul de Vendas Novas.
223. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que ainda não têm data para a inauguração.
224. Em relação à questão do entupimento responde ao Membro Ricardo Videira que não têm informação e refere que é curioso que uma situação tão grave, que afeta um privado e esse privado não se queixe à Câmara Municipal, aos serviços da Câmara Municipal. E mais, que o Senhor Membro da Assembleia Municipal e bom cidadão Ricardo Videira, que soube desse assunto e não contactou a Câmara Municipal e não preservou o ambiente com a informação que poderia ser útil para a atividade, porque, de facto, não o descobrem sem o saber, referindo que não têm pessoas em todas as estações. Refere

- que o membro Ricardo Videira o deveria ter feito enquanto cidadão, não enquanto membro da Assembleia Municipal, que era informar a Câmara Municipal que havia um problema que tinha de ser corrigido.
225. E o mesmo é gravíssimo, questiona o Membro Ricardo Videira se têm análises feitas sobre o que é que foi derramado para a ribeira para poder afirmar que foi um problema ambiental gravíssimo, sendo que o Município não tem conhecimento.
226. Menciona que souberam recentemente pela AGDA que existiu um entupimento, não sabendo mais que isso e, a elevatória não é da Câmara Municipal, mas sim da AGDA. Agora se é tão grave assim, como é que a Câmara Municipal que é contactada para tudo e mais alguma coisa no Concelho para resolver todos e mais algum problema, mesmo aqueles que não são da sua competência, como é que a Câmara Municipal não é contactada até por pessoas com responsabilidades políticas locais que podiam, preservando o ambiente, ter feito chegar essa informação e, na qual, poderiam ter atuado e assim não o foi possível.
227. O **Membro Ricardo Videira** refere-se ao Senhor Presidente dizendo que está a querer passar o ónus da responsabilidade para quem não a tem. No presente dia receberam essa informação, visitaram o local e trouxeram a informação para a Assembleia, hoje “olhos nos olhos” para confrontar o Senhor Presidente com essa informação.
228. Referindo-se ao Senhor Presidente é que o problema grave é o problema existir no Concelho de Vendas Novas, as pessoas não lhe recorrerem, as Águas do Alentejo do qual participa, com o qual têm contato direto e não o informam também, sendo aí é que têm de ir buscar a informação. Foram várias semanas em que o problema subsistiu. Se não o informaram, o Senhor Presidente tem de falar com quem lhe presta o serviço, não é o cidadão Ricardo Videira, nem o Deputado Municipal Ricardo Videira. Têm de ser as instituições nas quais o Senhor Presidente tem assento e com as quais a Câmara Municipal tem interlocução direta.
229. Reafirma que receberam a informação no presente dia e a trouxeram à Assembleia Municipal e confrontam-no com ela. Lamentam o facto da Câmara Municipal não só não o saber, como se está a escusar das responsabilidades e ainda nem sequer a têm, nem sequer a procurou.
230. Obviamente que o cidadão Ricardo Videira e Deputado Municipal não fez análise à água. Refere que não sabe e questiona se se têm condições de se saber se os aquíferos estão poluídos, não sabem se os solos estão contaminados. Agora podem presumir que sim, se morreram ovelhas e borregos, presumem que sim, que existirá uma contaminação, mas essa é uma questão que terá de ser aferida por técnicos com meios adequados para o efeito.
231. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que a Câmara Municipal, enquanto entidade pública não trabalha na base da suposição, morrerem ovelhas, isso não é sinal de nada anormal em princípio, a questão que colocam é, a elevatória tem uma entidade que a gere e que tem a responsabilidade de o fazer e que informou a Câmara Municipal que havia um entupimento. A informação que têm é essa, ponto final, não há mais nenhuma informação a dar, porque não têm mais informação nenhuma.
232. Referindo que existe uma rutura que está a verter água, litros e litros de água, qualquer pessoa informa a Câmara Municipal, porque é um problema ambiental, sendo como na violência doméstica, saber e não dizer, também é crime.
233. O **Membro José Leitão** refere que o Senhor Presidente falou sobre determinado assunto, mas não o completou, quando disse há pouco o assumir por parte da Câmara da obra do piso sintético e, é daqueles caminhos que se deveu ao Vereador da CDU, ter informado que não o votaria. Ou seja, a questão foi que a reunião foi às 10 horas da manhã e a vistoria estava marcada para as 16 horas da tarde e a Câmara Municipal às 10 horas da manhã queria assumir uma coisa da qual ainda não havia a vistoria feita. Houve um lapso, tudo bem, “dá de barato”, ninguém reparou nas horas e tudo bem, mas na volta daqui a uns tempos, o Senhor Presidente estará a dizer que a CDU é que teve a culpa.

234. Em relação à questão da ETAR e da empresa, em que o Senhor Presidente disse que ia entregar um relatório, questiona o Senhor Presidente quando o pensa entregar.
235. O **Membro Ricardo Videira**, voltando à questão da linha de água, refere que a Bancada do PSD não tem culpa de a Câmara Municipal não ter sido informada diretamente. A Câmara Municipal tem o dever de ter essa informação na parte da entidade da qual têm assento, Águas Públicas do Alentejo, que têm essa informação certamente. Presume, porque se andam à procura de onde estava o entupimento, também certamente saberiam que existiria um ponto onde os esgotos iriam sair a céu aberto. Referindo-se ao Senhor Presidente que não entende as suas observações relativamente a “crime” e de facto desmitifique-se a questão, há um problema que é ambiental, há um problema que é grave e o Senhor Presidente desconhece o mesmo dentro do seu território, sendo importante que o conheça e que o aborde de maneira a que seja resolvido com a maior brevidade possível e, é nesse sentido, a sua intervenção e lamenta o facto de como está a responder à questão, não assumindo a necessidade de intervir, não se mostrando interessado em saber mais informação, antes partindo para o ataque de como que, de alguma forma, sentisse a responsabilidade por ele.
236. Apresenta outra questão sobre o Mais Perto, referindo que a Bancada do PSD teve conhecimento que a Autoridade de Mobilidade e Transporte emitiu um parecer quanto à prestação de serviços do “Mais Perto” e esse parecer foi negativo e tendo presente e até reforçado pelo Membro Valentino Cunha, a quantidade de estudos que foram realizados relativamente ao “Mais Perto” para sustentar a respetiva criação e o mesmo foi debatido na Assembleia Municipal de junho de 2019 como bem se recordam e ficaram surpreendidos quando surge a entrevista à Rádio Granada, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conta que existiria algum desconhecimento em relação a alguns passos legais junto da Autoridade de Mobilidade e Transportes.
237. Questiona o Senhor Presidente se, já se encontra definitivamente solucionada a questão e se está em condições de assegurar que o funcionamento do Mais Perto não seja interrompido em algum momento.
238. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que em relação à pergunta do Membro José Leitão sobre o relatório completo, em princípio estará pronto na próxima semana. Foi esse o compromisso assumido com os Senhores Vereadores de levar à reunião de Câmara, tanto o documento para conhecimento, não sendo necessário um ponto próprio, mas para conhecimento de todos os documentos que suportam a intervenção de todas as entidades nesse caso.
239. Em relação à questão do Membro Ricardo Videira, refere que obviamente que não tendo conhecimento de um assunto, também não pode ser acusado na presente Assembleia Municipal de não ter feito nada de um assunto que acabou de saber e que será a própria entidade gestora a resolver. Não acha anormal, certo que já houve contatos com o Senhor Vereador que havia um problema do entupimento e se ficar satisfeito irá ligar de momento, para resolverem de facto, quando terminar a Assembleia. Fará um telefonema para saber o que se está a passar, agora a postura de ataque num caso desses e a falta de tolerância foi do PSD que veio para a Assembleia Municipal dizer que “não sabe de um problema desses no seu Concelho”, como se fosse uma coisa muito estranha numa questão que não é da responsabilidade do Município, a Câmara Municipal ter de saber se ninguém os informa. Pede desculpa, mas refere que a Câmara Municipal não tem fiscais em todo o lado e as entidades se o souberam hoje oficialmente, também não fizeram chegar mais informação e o que está a saber pelo Vereador Bruno Gomes, soube-o no presente dia e é impossível haver mais flexibilidade para dar a informação que dispõe. A Câmara Municipal não sabia do problema, soube do problema no presente momento e agora vai fazer aquilo que têm de fazer e não podem ser acusados pelo Membro Ricardo Videira de algum crime por não saberem. Pede-lhe desculpa, mas as questões da sua competência, tratam-nas.
240. A questão do Mais Perto e do parecer da AMT refere que importa fazer um pequeno e rápido enquadramento. A legislação recente sobre as competências da área dos transportes, atirava para cima das Câmaras Municipais, um conjunto de competências que, de facto, não as conseguiam receber e foi decidido na CIM que seria a CIM a receber as competências de todos os Municípios. Foi inclusive presente à Assembleia Municipal, a transferência para a CIM dessa competência, julga, em anteriores reuniões. De seguida, a Câmara Municipal tinha um projeto de um circuito urbano de transporte, a

Rede “Mais Perto” que fizeram com base no CCP, no Código das Compras Públicas, que era o documento de base que tinham para fazer todo o procedimento e aquilo que é o parecer negativo é que, de facto, não deram todos os “passinhos” que tinham de dar até chegar ao produto final que era a aquisição do serviço. Tinham a necessidade de, em 20 dias, corrigir a situação e dar resposta e, pelo que sabe, houve reuniões diretas com eles, AMT, que de alguma forma ajudaram a resolver a situação para, dentro desse prazo, voltarem a ter, sendo que o “Mais Perto” não parou um único dia. Continua em funcionamento e a crescer, mas de facto, tem a ver com o procedimento administrativo que foi seguido e de passos que desconheciam, que apesar de terem delegado a competência, tinham de cumprir, porque a Câmara Municipal não é a autoridade de transporte, só delegou essa competência na CIMAC e estão, no presente momento, a fazer tudo para que o “Mais Perto” passe também a ser gerido pela CIMAC, como rede de transportes que é, como autoridade de transportes que é no presente momento a CIM.

241. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Relativamente ao aspeto da linha de água estar ou não contaminada, saber ou não saber qual é a extensão do problema, há coisas que são do senso comum e até “dá de barato” que o Senhor Presidente não pode ter conhecimento de tudo o que se passa no Concelho. Por isso é que o Concelho é dirigido por um presidente e por um conjunto de vereadores e a sua questão vai nesse sentido, se a AGDA contacta com o Senhor Vereador Bruno Gomes, Vereador do Pelouro, lhe transmite que existe um problema, deixa a questão se o Senhor Vereador não sente curiosidade em saber qual é a extensão do problema, em recolher diretamente essa informação, limita-se a ser passivo na recolha de uma informação que lhe é dada, na extensão, na quantidade e qualidade da informação que lhe é prestada, sem aprofundar o que está em causa sabendo que são problemas de natureza sensível. Para si, enquanto profissional de qualquer área parece-lhe altamente estranho. Agradece explicação por parte do Vereador Bruno Gomes, qual foi o teor do contacto que recebeu, qual foi a informação que recebeu e que diligências fez para melhorar a informação que lhe estava a ser prestada.
242. O **Membro Tiago Aldeias** muito brevemente, só para dizer uma nota ou duas. Refere que podiam fazer-se presentemente muitas histórias sobre o tema, podendo recuar-se ao Engenheiro José Sócrates, quando pressionou as câmaras a prescindir dos serviços de ter em seu poder a gestão das águas. Podia falar-se dos governos do PSD, do CDS e as tentativas de privatização da gestão da água e dos resíduos. Podia falar-se disso tudo, havendo uma coisa que para si no caso é fundamental, achando que é mais ou menos do conhecimento, não tendo muito conhecimento aprofundado sobre isso, mas é sabido que existe uma redução ou existe uma alteração no funcionamento dos trabalhadores das Águas Públicas do Alentejo e que eles frequentemente se dirigiam às estações elevatórias, mas também aos furos de abastecimento de água e isso passou a funcionar de outra forma, indo lá menos vezes e aí está a origem do problema, que é a falta de acompanhamento dos trabalhadores das Águas Públicas do Alentejo das estações elevatórias e, repete, nos casos dos furos de água, em que lá vão colocar o cloro e tudo mais e que antes iam com uma periodicidade e, provavelmente, pela redução dos trabalhadores passaram a ir com outra diferente e aí pode dar a origem do problema e sobre isso e para além de tudo o que já foi proferido a Câmara Municipal também deve preocupar-se, e se se debruçar, saber o que acontece hoje, qual o acompanhamento que é dado por via das Águas Públicas do Alentejo, às estações elevatórias e aos furos de abastecimento de água, sendo um facto e a realidade concreta é que houve uma alteração, já algum tempo e de certeza que essa alteração prejudicou o serviço, porque se iam com uma periodicidade e passaram a ir com menos, de certeza que isso trouxe prejuízos e muito provavelmente por aí se levou tanto tempo a detetar o problema.
243. O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que não tendo sido uma questão propriamente dita, sublinha o que o Membro Tiago Aldeias apresenta, porque de facto é o que acontece. As Águas Públicas do Alentejo, de momento, vivem uma dificuldade muito grande em matéria de contratação de pessoal operacional, ou seja, o pessoal que tinham quando o sistema foi criado há 10 anos atrás, tem vindo a aposentar-se e a sair e não tem conseguido contratar porque eles obedecem e seguem as regras da contratação pública, como os Municípios também seguem e o ordenado mínimo é a bitola máxima que podem oferecer e não estão a conseguir recrutar colaboradores para essa área o que, de facto, tem levado a essa questão que está em “cima da mesa” e os vais levar a recorrer até à tutela, até que se consiga ultrapassar essa questão. Deixa só essa nota, porque o problema que está a acontecer é esse, redução de pessoal, incapacidade de contratação, que é

o mais grave. Não se consegue contratar pessoas para fazer o trabalho que anteriormente era feito com maior regularidade e que presentemente não, o que faz com que no período de dois dias possa acontecer um problema e não é detetado imediatamente.

244. O **Vereador Bruno Gomes**, respondendo à questão do Membro Custódio Vale de Gato, refere que a AGDA informou que havia um problema, problema esse que iria ser “atacado” de imediato e o mesmo problema foi reportado, como já referiu anteriormente, à APA e o SEPNA. Ao dizerem que o problema iria ser resolvido nesse curto espaço de tempo, automaticamente, na boa fé ficaram à espera dessa resolução do problema. Na próxima segunda-feira entrará em contacto com a AGDA para apurar o que se está a passar no terreno.
245. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere, antes dos membros voltarem a intervir, que é necessário votar um prolongamento de 30 minutos.
246. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período da ordem do dia em 30 minutos.**
247. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que o Senhor Presidente na intervenção sobre o “Mais Perto”, acabou por não esclarecer se está em condições de garantir que o funcionamento não será interrompido.
248. Menciona que já tendo sido feito um conjunto de questões em relação à ETAR e cuja resposta de alguma forma satisfaz em complemento daquilo que foi resposta ao Requerimento que foi colocado pela Bancada do PSD, apresenta uma questão que também lhes parece importante, que têm a ver com a qualidade do ar do Parque Industrial que também foi objeto de questão da Bancada do PSD à Câmara Municipal. Em resposta à questão da qualidade do ar no Parque Industrial, em que existem algumas reclamações por parte de colaboradores de empresas, a Câmara Municipal refere que está a ser pedida à empresa Extraoils, a verificação da qualidade do ar no Parque Industrial. A questão que a Bancada do PSD faz é se entendem se, de alguma forma, faz sentido ou se não deveria ser uma entidade externa a fazer essa verificação da qualidade do ar e dos odores que se têm feito sentir no Parque Industrial.
249. Por fim apresenta uma última questão ainda também sobre o Parque Industrial e no âmbito da preparação e do estudo que fizeram para a Assembleia Municipal, me que foram confrontados com uma pergunta colocada pelo PAN, Pessoas, Animais e Natureza, na Assembleia da República em outubro de 2017, relativamente à fábrica Labcoco. Questiona se têm conhecimento dessa questão, mas que versa sobre um conjunto de preocupações relacionadas precisamente com a área ambiental e a pergunta é dirigida ao Governo. O Governo responde que desconhece com profundidade qualquer fomentação que motive uma preocupação e o assunto ficou por ali.
250. A questão que fazem ao Senhor Presidente, era se tem conhecimento ou, se a Câmara Municipal tem conhecimento de alguma especificidade com o tipo de resíduos ou efluentes que é produzido por esse tipo de indústria, em particular, pela Labcoco, que se irá instalar no Parque Industrial e, se os mesmos serão objeto de algum tratamento específico, em caso afirmativo.
251. O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que sobre o “Mais Perto”, não está, de momento, em condições de dizer nada mais do que aquilo que já disse, por não ter presente a Vice-Presidente Elsa Caeiro, responsável pelo pelouro e não vai dizer algo que não tem conhecimento, referindo que o que pode dizer é que foi enviado um ofício, recentemente, com resposta dentro do prazo dos 20 dias que foram dados, mas desconhece pormenores sobre o mesmo, nem sobre o processo.
252. Em relação à questão do ar do Parque Industrial, esclarece que a Câmara Municipal, no âmbito do trabalho que têm vindo a desenvolver, pediu à AGDA que fizesse, em primeiro lugar e mais do que análises àquilo que saía da ETAR, quando se fala de cheiros com resíduos visíveis, como verificaram nos últimos meses, preocupou-lhes a situação e a informação que têm é que foi pedida à área da saúde diretamente, para que fossem fazer essa análise, uma vez que não é muito comum e não existe em Portugal sequer legislação específica sobre essa matéria, ou seja, o que há é uma diretiva europeia com recomendações. Não há, em relação a essa matéria, nada de muito concreto.

253. No Parque Industrial, além da empresa referida sempre houve cheiros. São indústrias de cortiça que têm um cheiro característico e que, durante anos, eram um problema até às intervenções que vieram a ser feitas sobretudo na década 90, mas a cortiça era um problema e sempre o foi e tinha um cheiro característico. Existem empresas que também trabalham com detergentes que também têm cheiro. O Parque Industrial cheiro tem e nunca se levantou essa questão da qualidade do ar. No presente momento o que pode dizer é o que sabe, que no presente foi exigido à empresa que adquirisse equipamentos necessários e, àquela empresa concretamente sobre a qual há queixas, para monitorizar aquilo que tem no ar das suas instalações, fruto da produção, mas também pode dizer que, no âmbito das reuniões de trabalho que tiveram que uma das áreas que foi trabalhada foi, de facto, a área atmosférica, aquilo que saía, as emissões do processo produtivo e a própria unidade adaptou o seu processo produtivo, com sistemas de extração e lavagem de ares da atmosfera na área produtiva para que se minimizasse esse efeito e, de facto, e também já é notório um cheiro muito menor no Parque Industrial e, portanto, aquilo que fizeram foi trabalhar nas soluções e ser parte da solução.
254. Aquilo que o Membro Ricardo Videira está a dizer é incorreto. As queixas não eram sobre a qualidade do ar. Foram mesmo queixas do cheiro que ia no coletor do esgoto e que chegava às unidades e que levou que algumas pessoas fossem hospitalizadas, devido a cheiros intensos de produtos químicos e, portanto, não têm a ver com a qualidade do ar. Têm a ver com o que se sentia nos coletores de esgotos e deixou essas pessoas, de facto, pelo menos segundo as empresas que o reportaram, com alguma indisposição momentânea. Mas o trabalho que fizeram foi esse, foi identificar o problema, trabalhar na solução, implementar a solução e agora monitorizar a solução e é isso que têm feito desde o início do processo e é o que pode dizer.
255. Em relação à última questão que tinha a ver com a Labcoco, refere que no presente não sabe dizer mais do que a informação que a Câmara Municipal tem sobre a unidade. A unidade comprou um terreno no Parque Industrial, têm um projeto concebido para implementar em Vendas Novas, iniciou as terraplanagens para dar início ao trabalho da construção, mas, entretanto, a informação que têm no momento, é que um dos investidores saiu do processo, sendo essa a informação que têm. Agora, em relação ao processo produtivo em si, não o sabe dizer. Não é técnico dessa área, mas sabe que têm de cumprir obrigatoriamente os requisitos legais em Portugal, desse tipo de unidade. E pode dizer que esse caso de que falaram presentemente no Parque Industrial, os levou a uma decisão muito clara a constituição de uma parceria para a construção de uma ETARI no Parque Industrial que a valorizará certamente para o futuro, tratando antes de chegar à ETAR de Bombel, todos os afluentes de todas as unidades do Parque Industrial com alguns empresários privados, dispostos a contribuir para uma solução que vai beneficiar as próprias empresas.
256. A Membro Maria João Luz refere congratular-se com a semana do “Ser Mulher” que o Município vai levar a efeito, mas solicitava ao Senhor Presidente que tivessem em atenção que o dia 8 de março não é o Dia da Mulher. Dia da mulher são todos os dias. É o Dia Internacional da Mulher e faz esse reparo, porque para si é muito valioso esse dia internacional agradecendo que, para o ano, a Senhora Presidente, sendo uma mulher à frente da Junta de Freguesia, acha que também corrobora com o facto de ser o Dia Internacional da Mulher e não o Dia da Mulher.
257. O Senhor Presidente da Câmara Municipal pede a palavra só para agradecer o elogio feito pela Membro Maria João Luz e refere que o dia específico está alocado a uma iniciativa de uma coletividade, que não a Câmara Municipal, nem a Junta de Freguesia, referindo que não se “metem” naquilo que as entidades, no caso, a Casa do Benfica quis, mas de facto o nome foi atribuído por eles e o Município não o quis corrigir, podendo sugerir-lhes, se calhar de futuro.
258. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

259. Havendo público na Sala interveio o Senhor Valério Estróia, refere que nasceu em Vendas Novas, tem 52 anos e que já há algum tempo que não vinha assistir a uma Assembleia Municipal. Nota-se

pelas pessoas que estão presentes que não é fácil estar-se uma noite inteira a ouvir e para quem está do lado do público, isso não é nada, por isso é que não vêm ninguém.

260. **A Presidente da Assembleia Municipal** intervém propondo que coloque questões.
261. O **Senhor Valério Estróia** refere que é a sua opinião e é por isso que está a intervir e que já chega ao ponto da questão.
262. Menciona que se falou no reforço da iluminação que está a ser feita. Também já ouviu que em certos sítios a iluminação está pior, há menos luz.
263. Existe algo que não se pode esquecer e fala no reforço da sinalização das passadeiras e que já há muito tempo que não se faz nada disso, havendo sinais luminosos que se encontram “presos” por arrames. Menciona que há sinais luminosos que simplesmente não existem, no cruzamento do “Raúl” há um sinal que há mais de 10 anos que não está lá. Refere que é com isso que se têm de preocupar com os peões e é o sinal dos peões que não está lá em frente ao estabelecimento da Senhora Damiana. Há mais de dez anos que não existe lá e continua sem lá estar. Passa por sinais de iluminação e o que vê é que estão” atados” com um arame e depois preocupam-se com a luz numa passadeira.
264. Refere que se deu início ao alcatroamento da Rua de Timor e com o andamento, pois já a começaram há mais de 15 dias, pelos vistos vão ter a estrada pavimentada dois dias antes das eleições, referindo que existem dias em que ninguém está na obra, sendo que só lá anda uma retroescavadora e uma camioneta a carregar areia e que apesar de existir sinalização por todo o lado em como a rua está em obras e só permite o trânsito aos moradores, pelo andamento nunca mais está pronta.
265. **A Presidente da Assembleia Municipal** volta a intervir para o Senhor Valério Estróia se concentrar nas perguntas a realizar.
266. O **Senhor Valério Estróia** refere que já questionou quando a Rua de Timor irá ficar pronta.
267. Refere ainda que se falou na Estrada da Afeiteira com as Piçarras, a famosa estrada que está fechada, mencionando que isso foi decretado pelo Tribunal de abrir aquela estrada durante o dia, questionando quem vai impor-se e abrir a estrada, sendo questão de se informarem, quando é que a mesma está aberta e a Câmara Municipal tem de fazer alguma coisa. Mesmo sendo uma propriedade privada, a Câmara Municipal tem de intervir, sendo que aquela estrada teve aberta durante anos e de repente foi fechada, foi trancada.
268. Em relação ao canil, foi basicamente um projeto que foi aprovado, que foi entregue e que depois se desistiu de tudo à própria da hora e agora já voltou, questionando se é o canil no Estaleiro da Câmara e se é para inaugurar, se está pronto.
269. Relativamente à conversa dos cheiros e que morreram animais, também o soube há mais de uma semana e referiram que já toda a gente sabe, possivelmente, menos a Câmara Municipal. Isso foi referido num café do Parque Industrial, onde havia mais gente.
270. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação aos semáforos permita-lhe uma comparação analógica entre aquilo que eram os camiões do lixo, quando chegaram à Câmara Municipal. Estavam todos “presos” por arames, não funcionavam e felizmente foram todos substituídos. Com os semáforos vai acontecer o mesmo, estando no momento a ser feito um levantamento pelos serviços de toda a sinalização luminosa do Concelho para que seja reparada, também sendo verdade que os casos abordados se devem a puro vandalismo e a reparação de um semáforo, onde gastaram recentemente 3.000€ e que, 15 dias depois, estava novamente vandalizado com o sinalizador dos peões partido. Compreende a questão do Senhor Valério Estróia, não sendo propriamente uma questão, mas que o vão reparar logo que possível, assim que terminem o levantamento.

271. Referente à Rua de Timor e os 15 dias, não tem comentário. Não há uma pergunta, mas a 15 dias não se pode ter uma obra pronta e se vai estar pronta antes das eleições, espera que sim, não havendo até ao momento nenhuma falha contratual, sendo que as obras começaram todas, de facto, há 15 dias e do que viu na passada quarta feira com o Vereador Bruno Gomes, em que foram dar uma volta para ver as obras e a empresa que ganhou o concurso de todas as pavimentações, já regularizou a Estrada das Piçarras, no Alto Distrito. Onde havia raízes, já abriram, já escavaram, já removeram as raízes, já colocaram a tela e o tout-venant para haver o abatimento e depois ser pavimentado. Sabe que na Rua de Bombel já fizeram o nivelamento e o alinhamento da rua que também é para pavimentar e que também está em terra batida e sabe que naquela zona já foi manilhada uma linha de água que existia junto ao “matadouro do tripa”. Sabe que já está concluído e que os trabalhos continuam e não tem mais nada a dizer, sendo que não pode ser criticado por uma obra que têm 15 dias e que não está pronta, quando o tempo de execução são de 460 dias. Pede desculpa, mas tem de haver um bocadinho de mais tolerância.
272. Quanto à estrada da Piçarras/Afeiteira, refere que acabou de falar sobre isso, na Assembleia, não há muita informação. Não tinha a presente informação e se ela sempre esteve aberta, há 6 anos que é Presidente da Câmara Municipal e nunca esteve aberta. Recorda-se, quando veio para Vendas Novas morar, fazer essa volta de bicicleta a pedal e a estrada esteve aberta muitos anos, mas também teve muitos anos fechada e vai indagar se há ou não alguma decisão jurídica, algum processo em Tribunal, porque, de facto, tem ideia de já se ter falado na Assembleia Municipal, uma vez logo no início de 2013, sobre esse assunto, mas não sabe sobre o quê e, portanto, só com informação é que poderá falar.
273. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 19 minutos do dia 29 de fevereiro de 2020.

A Presidente da Assembleia: _____

O 1.º Secretário: _____

Anexos



MOÇÃO

Pela redução tarifária nos transportes públicos entre a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a Área Metropolitana de Lisboa

Desde 1997 que o PCP e a CDU apresentaram na Assembleia da República propostas de alargamento do passe intermodal e redução do seu custo que foram sucessivamente chumbadas, como aconteceu em 2016, onde o PS, PSD e CDS votaram contra e o BE absteve-se.

No orçamento de Estado para 2019 é aprovada esta medida de enorme impacto para muitos portugueses, merecendo os votos contra do PSD e CDS. No entanto, face à importância da mesma, todos os partidos tentaram tirar dividendos políticos da mesma, apesar de o PCP e a CDU serem os únicos que a contemplavam no seu Programa Eleitoral de 2015 e a considerarem como uma das «25 medidas urgentes e inadiáveis» que então apresentou ao povo português.

Para o Orçamento de Estado de 2020, o PCP e a CDU, em coerência com o que têm defendido sobre o alargamento do passe a preços reduzidos às Comunidades Intermunicipais contíguas às Áreas Metropolitanas e a outras Comunidades, propôs a alteração do artigo 181, intitulado “Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos” da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2020 (Proposta de lei nº 5/XIV), que resolveria de vez esta situação injusta e penosa que afecta milhares de pessoas. Propunha essa proposta o seguinte:

- O reforço da verba do PART de € 129 702 727 para € 138 600 000.
- A introdução de um número 2 no artigo em que se diz que “À distribuição das verbas do PART deve acrescer uma componente específica, no valor de € 25 000 000, para garantir os meios necessários à articulação tarifária para o transporte intermodal e inter-regional, no sentido de viabilizar modalidades tarifárias de extensão ou complemento ao passe que incluam territórios com movimentos pendulares significativos com a área metropolitana e a Comunidade Intermunicipal em causa”.

Estranhamente, esta proposta de alteração de elevada justiça social, que tem sido reivindicada por todas as forças políticas com acento nesta Assembleia Municipal, mereceu os votos contra do Partido Socialista (PS) e a abstenção do Partido Social Democrata (PSD).

Concluindo, numa altura em que se sabe que a verba inscrita em Orçamento de Estado para fazer face aos desvarios do sector financeiro (650 milhões de euros para o Novo Banco) é insuficiente ao que lá se irá injectar (mais de mil milhões de euros) considera a Assembleia Municipal de Vendas Novas, na sua sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2020, apresentar o seu veemente protesto contra o não se ter resolvido os problemas dos municípios do concelho de Vendas Novas e de outros concelhos do país, que usam os meios de transportes públicos para as suas deslocações diárias.

28 de Fevereiro de 2020, a bancada da CDU

Enviar à Presidência da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e aos órgãos de comunicação social – televisões, rádios e jornais - locais, regionais e nacionais.

MOÇÃO

Pela redução de taxas nas portagens na Autoestrada do Alentejo – A6

No passado dia 26 de fevereiro de 2020, através de comunicado, o Governo anunciou novos descontos dos valores de taxas de portagem em autoestradas localizadas em territórios do interior.

Refere, o comunicado, que entre outros, o modelo de redução de preços traduz-se **num novo desconto de quantidade, com redução de até 25% da fatura mensal; o aumento e alargamento de descontos já existentes para incentivar o uso do transporte coletivo e a uniformização e simplificação dos regimes existentes, para benefício do utilizador.**

O mesmo comunicado, anuncia que as reduções anunciadas, abrangem as seguintes vias:

- A22 - Algarve
- A23 – IP
- A23 – Beira Interior
- A24 – Interior Norte
- A25 – Beiras Litoral e Alta
- A28 – Norte Litoral
- A4 – Subconcessão AE transmontana
- A4 – Túnel do Marão
- A13 e A13-1 - Subconcessão Pinhal Interior

Ao analisar com detalhe as vias rodoviárias beneficiadas, é possível constatar que a região do Alentejo atravessada pela A6, que liga a Marateca a Elvas não é contemplada por estes descontos.

Esta autoestrada, à semelhança das referidas atravessa idênticos territórios do interior, economicamente mais desfavorecidos ou geograficamente mais penalizadas, objeto determinante na criação dos modelos de descontos.

Assim, face ao exposto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 28 de fevereiro de 2020, no Fórum Cultural a Praça, que delibere:

- Apelar ao Governo, através do Ministério das Finanças, do Ministério das Infraestruturas e Habitação e do Ministério da Coesão Territorial., o alargamento destes descontos também à Autoestrada do Alentejo – A6;

Por último, que também delibere no sentido de se providenciar pela remessa da presente Moção a Suas Excelências: *i)* o Ministro das Finanças, *ii)* O Ministro das Infraestruturas e da Habitação; *iii)* a Ministra da Coesão e *iv)* aos Grupos Parlamentares dos partidos políticos com assento na Assembleia da República.

Vendas Novas, 28 de fevereiro de 2020

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas



Assembleia Municipal de Vendas Novas

Preservar o Ambiente

As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para intervir.

A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, não têm em conta a finitude dos recursos do planeta, conduzindo à exploração abusiva dos mesmos. Esta situação é consequência das más opções políticas dos decisores nos países dominantes do ponto de vista económico.

É sentimento geral a necessidade de adotar medidas no sentido da proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os fatores que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações. Enfrentá-los exige a adoção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem. A utilização das alterações climáticas para servir interesses de negócios, utilizando o ambiente como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes, que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres, ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição num negócio de milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para a atmosfera.

Em Portugal, ao longo dos anos após o 25 de Abril de 1974, o Poder Local democrático tem em muitos casos sido exemplo de um esforço na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente:

O abastecimento de água às populações e a sua defesa enquanto bem público; a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes; uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos; o desenvolvimento de uma política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando espaços verdes e zonas de lazer. Ou por exemplo mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dela decorre.

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da ação mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada é nosso dever

corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume.

A proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico, da biodiversidade, com o que contribuem também para alterações do clima que urge prevenir, exigem, mais do que anúncios proclamatórios, mas sim a adoção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 28 de Fevereiro de 2020 delibera:

1-Exigir a adoção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural o país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exige o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência dos combustíveis fósseis; a defesa da produção e consumo local.

2-Exigir o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.

3-Exigir do município que intensifique as ações, medidas e projetos que no quadro geral de um programa de proteção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais, contribuindo para prevenir causas que estão na origem das alterações climáticas.

A bancada da CDU

28/02/2020

Enviar aos Grupos Parlamentares e aos órgãos de comunicação social local.

MOÇÃO

Pelo Reforço da Equipa de Cuidados Continuados Integrados Domiciliários de Vendas Novas

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), materializada no Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, nasceu da necessidade de disponibilizar cuidados sociais e de saúde, de qualidade, aos cidadãos mais frágeis e em situação de dependência.

Constitui objetivo geral da Rede a prestação de cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência.

Os princípios orientadores do modelo definido nesta Rede são os da Reabilitação, Readaptação e Reinserção de forma a permitir o regresso da pessoa a sua casa. Baseia-se em cuidados de proximidade, prestados por equipas cumpridoras dos princípios da qualidade com utilização de métodos de trabalho integral, integrado e interdisciplinar, quer se trate de prestadores no âmbito do internamento quer do domicílio.

Não obstante as vantagens deste modelo, recentemente a Administração Regional de Saúde do Alentejo reduziu o número de enfermeiros da equipa de Cuidados na Comunidade de Vendas Novas, particularmente na equipa de cuidados de saúde continuados integrados domiciliários (ECCI).

Com o pretexto da necessidade de reforçar o número de enfermeiros no Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde de Vendas Novas, desde o passado dia 13 de janeiro, o número de enfermeiros da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) de Vendas Novas viu a sua equipa reduzida em um elemento.

Esta prática gestionária, tem como consequência a redução da capacidade de atendimento de 17 para 12 pacientes, circunstância que agrava a já deficitária situação vivida no concelho de Vendas Novas, onde a procura é substancialmente superior à oferta (existe fila de espera para o serviço).

Com uma população cada vez mais envelhecida e necessitada de cuidados de saúde que melhorem as respetivas condições de conforto e minimizem as necessidades de deslocação a Centros de Saúde e Hospitais, é prioritário adequar a oferta à procura, através do reforço de profissionais de saúde que permita o aumento lugares de apoio domiciliário.

Assim, face ao exposto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 28 de fevereiro de 2020, no Fórum Cultural a Praça, que delibere:

1. Apelar ao Governo, para promover pela pronta colocação de um novo enfermeiro na Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) de Vendas Novas;
2. Solicitar ao Governo o reforço da equipa de enfermeiros afetos à Equipa de Cuidados Continuados Integrados domiciliários (ECCI) de Vendas Novas, que permita assegurar a cobertura integral do concelho de Vendas Novas.

Por último, que também delibere no sentido de se providenciar pela remessa da presente Moção a Suas Excelências: *i)* a Ministra da Saúde; *ii)* à Comissão Parlamentar de Saúde junto da Assembleia da República e *iii)* à Administração Regional de Saúde do Alentejo.

Vendas Novas, 28 de fevereiro de 2020

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas



MOÇÃO

Pela criação das Regiões Administrativas

Instituir as Regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado.

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas centralmente decididas ou eleger, por um colégio restrito, titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) não promove nenhum daqueles objetivos essenciais.

O agendamento do Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP que definia um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituía uma oportunidade para efectuar a descentralização que o País carece.

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse realização ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de quatro décadas.

A posição assumida pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica pelo que representa de negação de um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, na sua sessão de 28 de Fevereiro de 2020, delibera:

- 1 – Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta autarquia em prosseguir a sua acção para a concretizar;
- 2 – Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das CCDR;
- 3 – Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente.
- 4 – Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da administração central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos inoportáveis.

28 de Fevereiro de 2020, a bancada da CDU

Enviar aos Grupos Parlamentares e aos órgãos de comunicação social local, regional e nacional.

Recomendação

MAIOR SEGURANÇA PARA PEÕES

A mobilidade na variante pedonal apresenta-se como um meio de deslocação usual e determinante na acessibilidade às diversas áreas do perímetro urbano de Vendas Novas, designadamente, nas zonas de maior concentração de locais de comércio, serviços, equipamentos públicos e escolas.

Considerando, por um lado, as características, os hábitos e as necessidades da população, e por outro o intenso tráfego de veículos automóveis que todos os dias circulam nas vias rodoviárias do concelho e o histórico recente de acidentes com peões, mostra-se aconselhável que as competentes entidades públicas, promovam uma avaliação, regular à qualidade do espaço público, utilizado como travessias para peões (vulgo passadeiras).

Esta monitorização, visa, entre outras, a adoção de medidas corretivas necessárias, e também inovadoras, para reforçar a segurança de quem se desloca a pé, conferir uma maior visibilidade aos condutores da existência de peões na travessia e obrigar à moderação da velocidade, na proximidade das mesmas.

Neste contexto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 28 de fevereiro de 2020, no Fórum Cultural a Praça, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas:

- a) A avaliação, das condições de iluminação pública e de sinalização horizontal e vertical de todas as travessias para peões, localizadas nos perímetros urbanos do concelho de Vendas Novas e a devida promoção de intervenção corretiva, caso, se mostre aconselhável;
- b) A identificação de zonas de maior tráfego pedonal e de trânsito automóvel, com o correspondente reforço de novos meios de sinalização e iluminação, nestas áreas, e;
- c) O envio da presente recomendação ao Conselho Municipal de Segurança de Vendas Novas e às Infraestruturas de Portugal.

Vendas Novas, 28 de fevereiro de 2020

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas

CDUASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Moção****Dia Internacional da Mulher — Um dia Incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações**

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação de um Dia Internacional da

Mulher, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres, que decorreu em Copenhaga, no ano de 1910, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais e apesar de avanços civilizacionais importantes, alguns retrocessos continuam a fazer sentir-se, a sociedade em que vivemos continua a ser marcada pelas desigualdades, pela grande desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de mulheres no mundo são as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.

O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento e de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social.

O Poder Local tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, da valorização da sua participação como parte integrante da história das regiões.

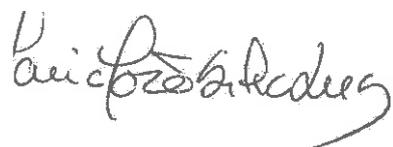
CDUNSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Em Portugal, está a ser feito um caminho de recuperação de direitos de grande significado para as mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública, o aumento do salário mínimo nacional, o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez sem pressões nem condicionamentos, a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais, creches gratuitas para o 1.º escalão de rendimentos e para o 2.º escalão a partir do segundo filho.

Este é um caminho de avanços que importa continuar e consolidar e para que tal aconteça a luta não pode parar.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 28 de fevereiro de 2020, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.

Os eleitos da CDU,



Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI 2019-2028)

Apresentação do PMDFCI 2019-2028 Sessão da Assembleia Municipal

28 de fevereiro de 2020



Município de
Vendas Novas



vendas novas



Gabinete Técnico Florestal

Gabinete Municipal de Proteção Civil e Segurança



PMDFCI 2019-2028

- 1. Enquadramento geral**
- 2. Antecedentes e elaboração da proposta de plano**
- 3. Elementos integrantes do plano**
 - I. Caderno I – peças escritas e mapas**
 - II. Caderno II – peças escritas e mapas**
- 4. Circuito decisório (pareceres, consulta pública e aprovação)**
- 5. Considerações finais**





1. Enquadramento geral (1)

- A floresta constitui um património natural que cobre quase dois terços do território continental.
- Contribui para a estrutura de paisagem diversificada e é uma mais-valia efetiva nos domínios ambiental, social e económico.
- Apresenta um funcionamento complexo com importância essencial para a conservação e proteção do solo, qualidade do ar e da água, biodiversidade, etc.
- Contribui decisivamente para a fixação de CO₂ e outros gases com efeito de estufa.





1. Enquadramento geral (2)

- Sobre a floresta paira constantemente o fogo, que constitui um dos seus mais persistentes “inimigos”, apesar de o fogo constituir um “fenómeno natural”, em particular nos países mediterrânicos, assegurando mesmo a sucessão natural de muitas plantas, algumas evolutivamente bem-adaptadas ao fogo.
- A severidade e frequência dos incêndios florestais não são benéficos para os ecossistemas, para além da destruição de bens materiais e do risco de perda de vidas humanas.
- O carácter cíclico dos incêndios florestais e as suas drásticas consequências das últimas décadas agitaram consciências; gerou-se até um consenso em torno da necessidade de proteger um património que é pertença de todos, mas que ao mesmo tempo é também responsabilidade de todos.



1. Enquadramento geral (3)

- É no contexto pós grandes incêndios de 2003 e 2005 que surgem alterações legislativas profundas em matéria da defesa da floresta contra incêndios, designadamente através do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.
- Entre outras alterações, no âmbito do planeamento municipal e das atribuições das comissões municipais de defesa da floresta (CMDF), o DL 124/2006 estabeleceu o carácter obrigatório da execução e atualização dos PMDFCI:

“O PMDFCI visa estabelecer a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios (DFCI), através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, definido a responsabilidade sobre a execução das redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) das entidades e dos particulares, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com os respetivos Plano Regional de Ordenamento Florestal e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI).”
(Artigo 2º do Despacho nº 443-A/2018, de 9 de janeiro).





2. Antecedentes e elaboração da proposta de plano (1)

- A entrada em vigor do DL 124/2006 determinou a constituição da CMDF de Vendas Novas e, bem assim, o desenvolvimento de vários trabalhos de planeamento da DFCI, entre os quais a elaboração do PMDFCI de Vendas Novas, aprovado em 2008 pela então Direcção-Geral dos Recursos Florestais para um período de vigência de 5 anos.
- O ciclo seguinte de planeamento (novo PMDFCI) foi marcado por um contexto legislativo com inúmeras alterações, designadamente ao citado DL 124/2006, de 28 de junho (alterações decorrentes dos DL nº15/2009, nº17/2009, nº114/2011, nº83/2014) e a publicação do *Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios*, através do Despacho nº 4345/2012, de 27 de março, e as subsequentes normas definidas pela Autoridade Florestal Nacional (AFN,2012).



2. Antecedentes e elaboração da proposta de plano (2)

- O circuito decisório do novo PMDFCI 2015-2019 foi igualmente marcado por novas alterações legislativas e pelos trágicos incêndios de 2017, tendo decorrido um longo período de apreciação e decisão por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), designadamente:
 - ❑ Lei nº76/2017, de 17 de agosto, que introduziu importantes alterações no Decreto-Lei.º 124/2006, de 28 de junho;
 - ❑ Orçamento de Estado 2018;
 - ❑ Despacho nº 443-A/2018, publicado a 9 de janeiro, alterado pelo Despacho nº 1222-B/2018, publicado a 2 de fevereiro, que atualiza o *Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios*, o qual coloca a obrigatoriedade de consulta pública do PMDFCI e de aprovação em Assembleia Municipal.





2. Antecedentes e elaboração da proposta de plano (3)

- Assim, o PMDFCI 2019-2028 surge na evolução decorrente das anteriores propostas de plano, ambas com parecer prévio favorável da CMDF, em 28/06/2018 e 13/05/2019, mas com parecer vinculativo negativo do ICNF, com comunicações datadas de 15/10/2018 e 12/08/2019, respetivamente.
- O processo de atualização e retificação do PMDFCI procurou sempre suprimir as questões identificadas nos pareceres do ICNF.
- Salienta-se a delimitação das faixas a partir da carta de ocupação do solo, considerando outros elementos do território (por ex. perigosidade), as propostas apresentadas pelas diversas entidades (quando existentes), estabelecidas no quadro da legislação em vigor e tendo como objetivo a implementação da solução que melhor proteja pessoas e bens.



3. Elementos integrantes do plano (1)

- Em conformidade com o quadro legal mencionado e as especificações do Guia Técnico do PMDFCI (AFN,2012), o PMDFCI 2019-2028 é composto pelos seguintes elementos estruturais:
 - **Caderno I – Diagnóstico (Informação de base)**, que constitui uma base de informação, que se traduz num diagnóstico específico do concelho de Vendas Novas e que serve de apoio à decisão relativamente às propostas apresentadas no Caderno II.
 - **Caderno II – Plano de Ação**, no qual se descreve o planeamento de ações, que suportam a estratégia municipal de DFCl, definindo metas, indicadores, responsáveis e estimativa orçamental, de acordo com os eixos estratégicos do PNDfCl.



3. Elementos integrantes do plano (2)

- ❑ O PMDFCI integra ainda o **Caderno III – Plano Operacional Municipal (POM)**, que traduz a operacionalização anual do PMDFCI em meios disponíveis e nas ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.
- ❑ O POM é objeto de aprovação apenas em sede de CMDF.
- ❑ O POM relativo a ano 2019 foi aprovado na reunião da CMDF de 13 de maio de 2019.





3. Elementos integrantes do plano (3)

- **Caderno I**
 - Peças escritas**
 - Mapas**

- **Caderno II**
 - Peças escritas**
 - Mapas**



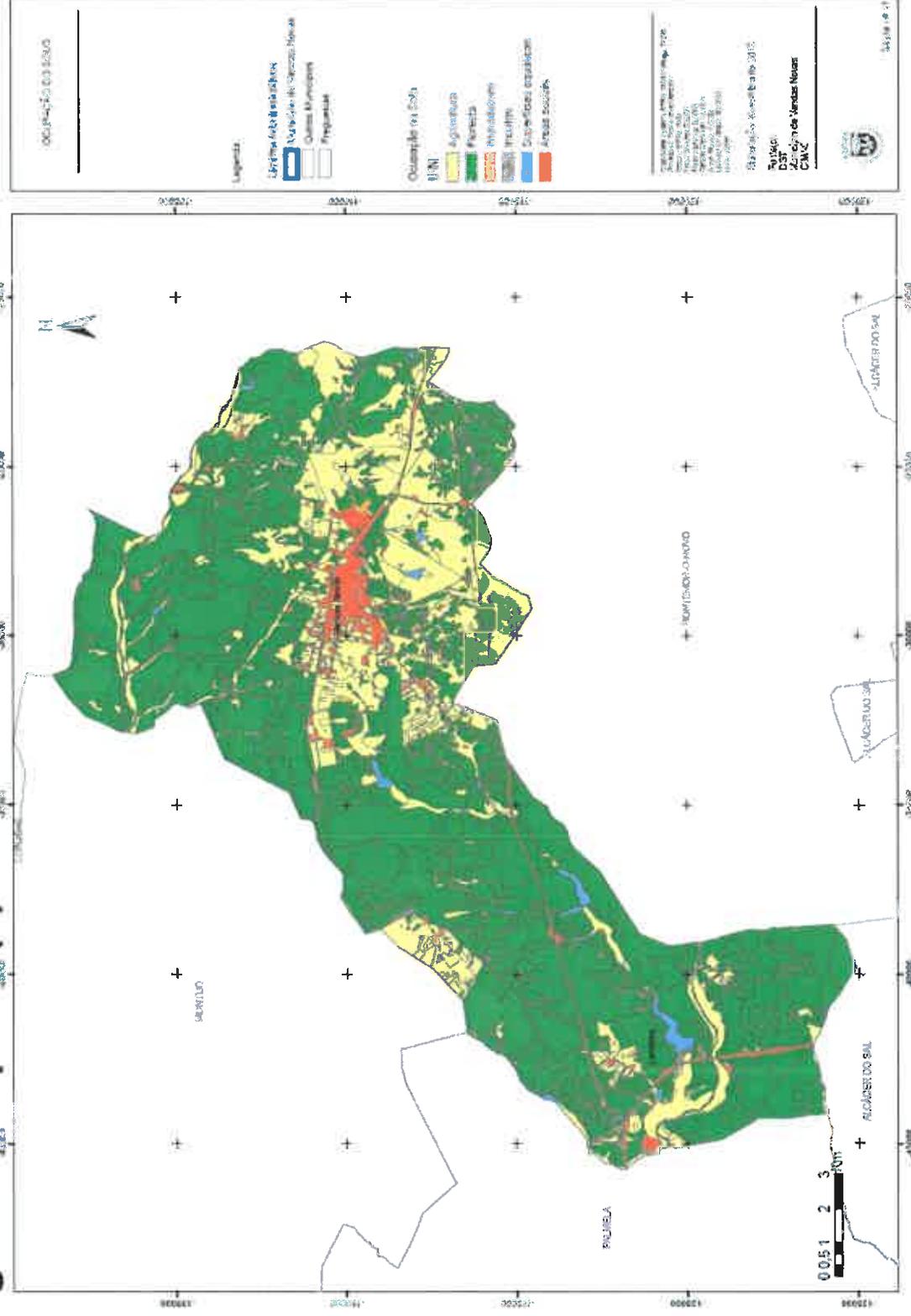


Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028

Vendas Novas

3. Elementos integrantes do plano (4)

CADERNO I



Município de Vendas Novas



vendas novas

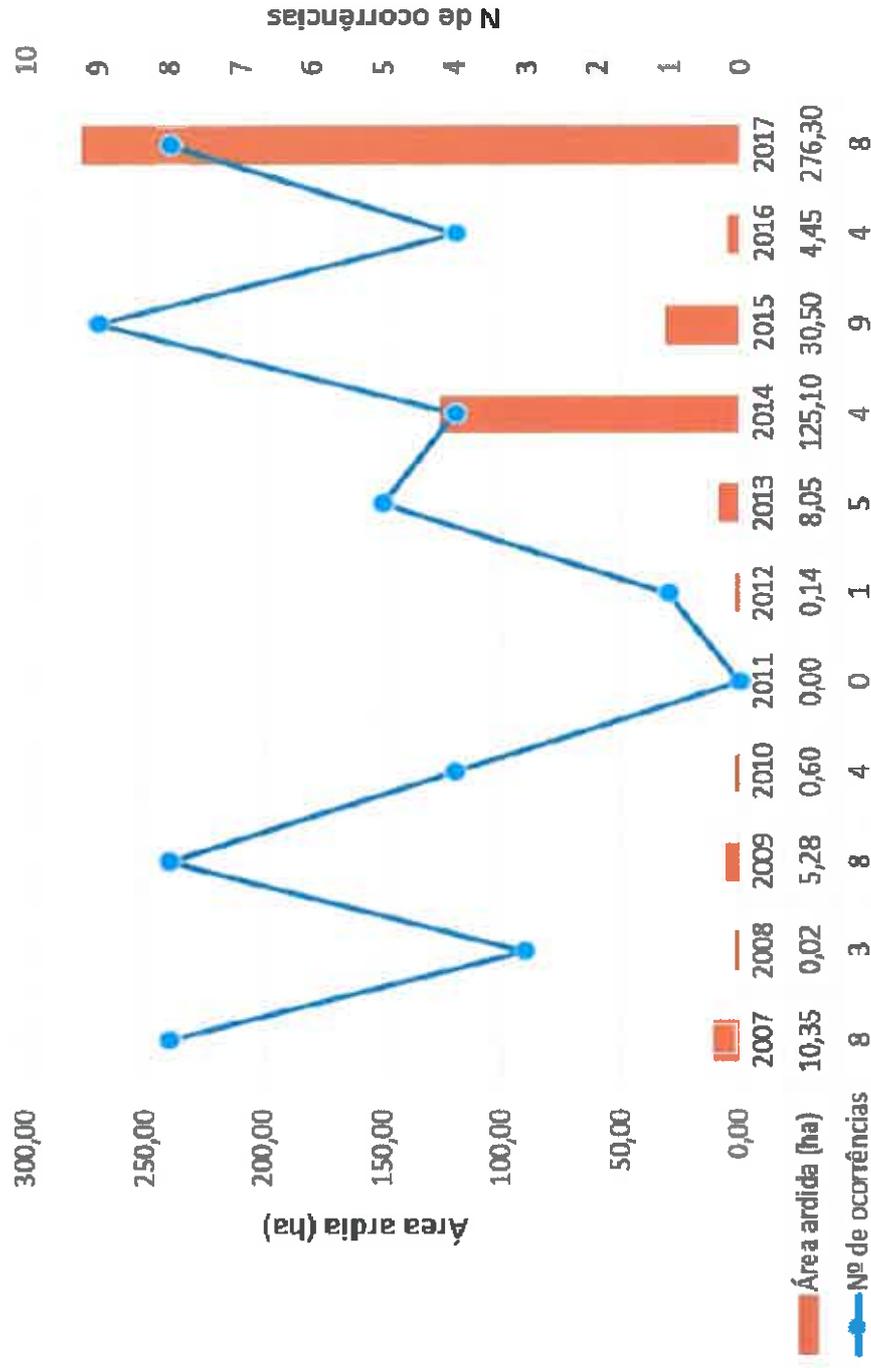


Sessão da Assembleia Municipal de Vendas Novas

| 28 .02 .2020 |

3. Elementos integrantes do plano (5)

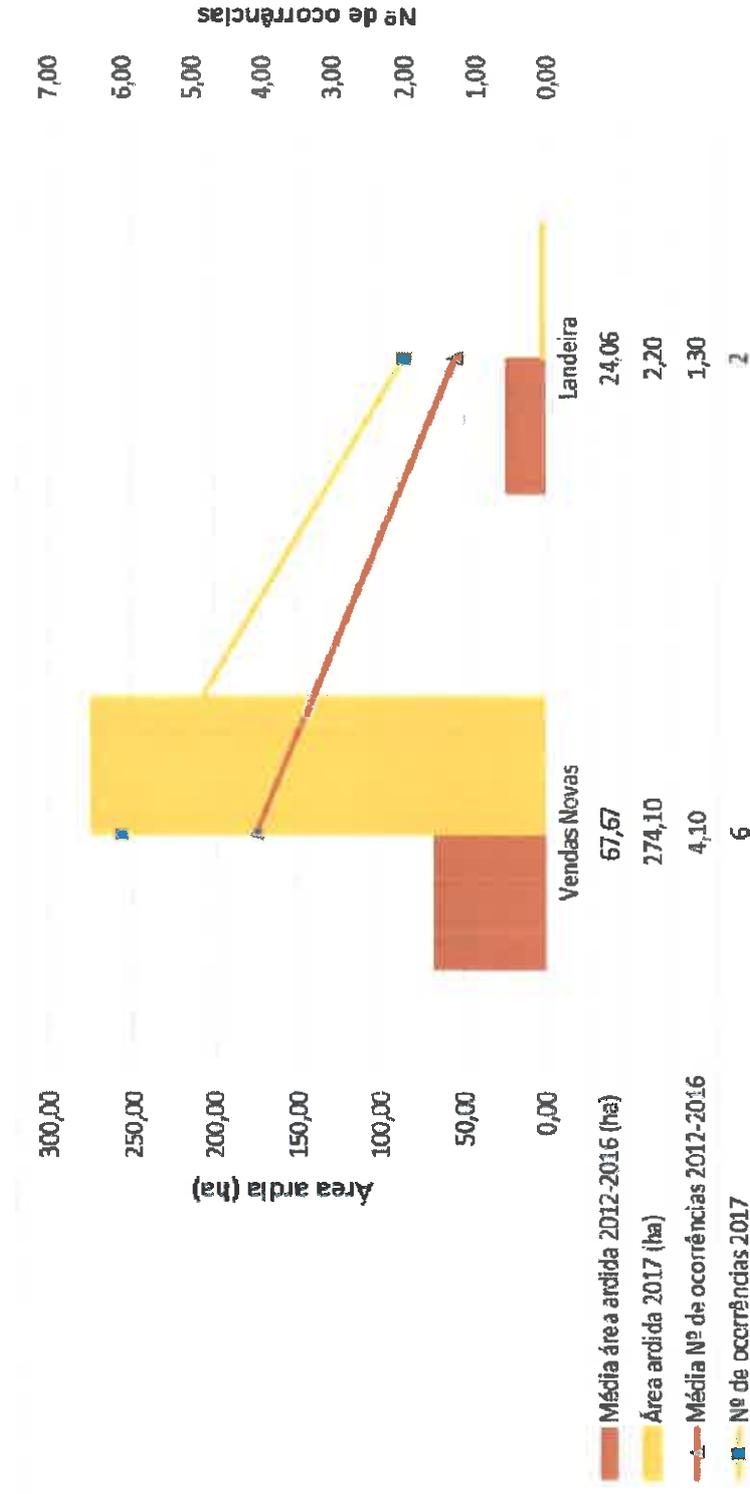
CADERNO I





3. Elementos integrantes do plano (6)

CADERNO I



3. Elementos integrantes do plano (7)

CADERNO II

- De acordo com as duas variáveis estruturantes (nº de ocorrências e área ardida), o município de Vendas Novas é classificado na **tipologia T1**, ou seja, **poucas ocorrências e pouca área ardida**.
- Para que esta tipificação não se altere nos anos vindouros é fundamental o cumprimento dos objetivos essenciais deste PMDFCI.
- Os objetivos e metas do PMDFCI 2019-2028, para o horizonte temporal 10 anos, assentam nos 5 eixos estratégicos definidos no PNDFCI:
 - 1º Eixo:** Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
 - 2º Eixo:** Redução da incidência dos incêndios;
 - 3º Eixo:** Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
 - 4º Eixo:** Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
 - 5º Eixo:** Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.





Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028

Vendas Novas

3. Elementos integrantes do plano (8)

CADERNO II

Objetivos e Metas anuais no período vigência de 10 anos		
Objetivos	2019-2023	2024-2028
Reduzir área ardida povoamentos	<20ha em cada ano	<15ha em cada ano
Reduzir incêndios com área > 1 ha florestal	No máximo 2 por ano	No máximo 1 por ano
Evitar reacendimentos	Garantir no período 2019-2023 uma média «1,5 reacendimento/ano	Garantir no período 2024-2028 uma média «1,0 reacendimento/ano
1ª Intervenção «20minutos	Garantir em 95% das ocorrências (todos os anos)	

Ano 01 = 2019 = ano de aprovação do PMDFCI



Município de
Vendas Novas



vendas novas

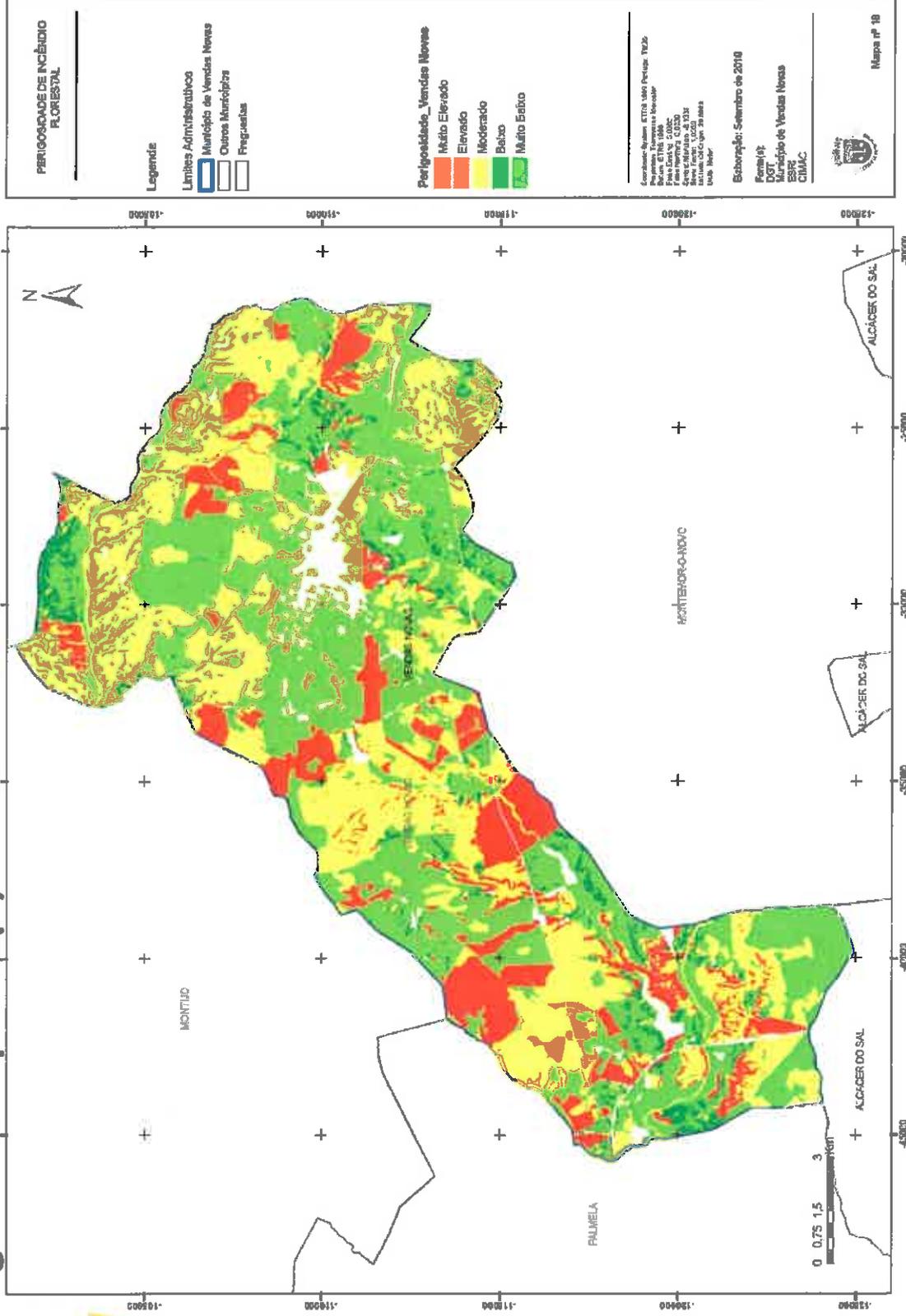


Sessão da Assembleia Municipal de Vendas Novas

| 28 . 02 . 2020 |

3. Elementos integrantes do plano (9)

CADERNO II



Município de
Vendas Novas



vendas novas



Sessão da Assembleia Municipal de Vendas Novas
| 28 .02 .2020 |

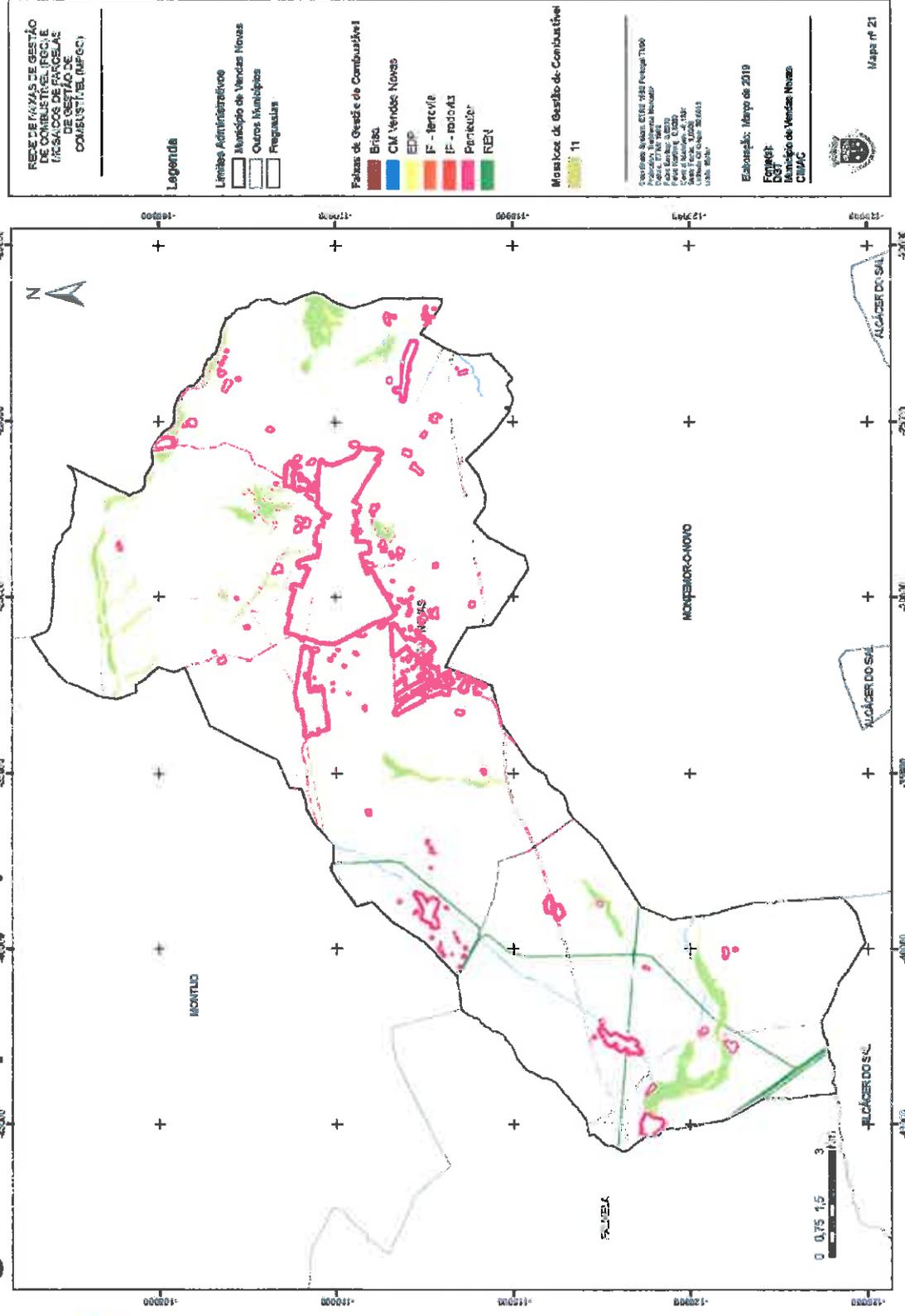


Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028

Vendas Novas

3. Elementos integrantes do plano (10)

CADERNO II



Município de
Vendas Novas



vendas novas



Sessão da Assembleia Municipal de Vendas Novas

| 28 .02 .2020 |

4. Circuito decisório (pareceres, consulta pública e aprovação)

- Parecer prévio favorável da CMDF - 30 SET 2019
- Parecer vinculativo positivo ICNF - 28 NOV 2019
- Deliberação CM para abertura de consulta pública - 30 DEZ 2019
- Início da consulta pública - 13 JAN 2020
- Publicação do Aviso em *Diário República* - 31 JAN 2020
- Final do período de consulta pública - 21 FEV 2020
- Relatório da consulta pública - 24 FEV 2020
- Consolidação do plano (CMDF) - 26 FEV 2020
- Aprovação pela Assembleia Municipal - _____





5. Considerações finais

- O PMDFCI 2019-2028 representa a resposta do Município de Vendas Novas aos aspetos fundamentais de DFCl que atualmente são consagrados na Lei, no contexto diferenciador do território no qual se insere e, nessa perspetiva, procurando construir, sempre que possível, patamares diferenciadores neste domínio particular da defesa da floresta.
- O plano foi elaborado com recursos internos da CM - GTF e GMPCS - em estreita colaboração com outros serviços municipais.
- Contou com o contributo das várias entidades públicas, privadas, associativas e particulares que integram a CMDf, designadamente, juntas de freguesia de Vendas Novas e de Landeira, Bombeiros Voluntários, GNR, ICNF, RA5, Fundação Casa de Bragança, IP, EDP, REN, e à CIMAC, muito especialmente ao seu GTFI que prestou colaboração fundamental na execução do trabalho de SIG.
- A todas (os) manifestamos o nosso especial agradecimento.





Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI 2019-2028)

OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO!



Município de
Vendas Novas



vendas novas



Gabinete Técnico Florestal
Gabinete Municipal de Proteção Civil e Segurança